

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

GUSTAVO BARBOSA DIAS

**AGRICULTURA FAMILIAR DE ALTO RIO DOCE-MG: dos desafios às perspectivas
futuras**

JUIZ DE FORA
2026

GUSTAVO BARBOSA DIAS

**AGRICULTURA FAMILIAR DE ALTO RIO DOCE-MG: dos desafios às perspectivas
futuras**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal
de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do
título de bacharel em Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. José Amilton de Almeida

Juiz de Fora
2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Gustavo Barbosa Dias
Matrícula Discente	201968006
Título do TCC	Agricultura Familiar de Alto Rio Doce - MG: dos desafios às perspectivas futuras
Natureza do trabalho	Trabalho de Conclusão de Curso
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Dr. José Amilton de Almeida
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	20/07/2026
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Dra. Elizete Maria Mengat; Dra. Cristina Simões Bezerra

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 13 de julho de 2026.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **José Amilton de Almeida, Professor(a)**, em 20/07/2026, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Barbosa Dias, Usuário Externo**, em 29/07/2026, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.uffj.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3082885** e o código CRC **E02A0122**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: (X) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado __Agricultura Familiar de Alto Rio Doce-MG: dos desafios às perspectivas futuras, para fins de obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, pelo(a) discente Gustavo Barbosa Dias (matrícula 201968006), sob orientação da Prof.^(a) Dr.^(a) José Amilton de Almeida e coorientação da Prof. ^a) Dr.^(a) _____, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Ao 20 dia do mês de julho do ano de 2026 , às 09:30 horas, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dr.	José Amilton de Almeida	Orientador
Dr ^a .	Prof. Cristina Simões Bezerra	Membro da Banca
Dr ^a .	Prof. Dra. Elizete Maria Menegat	Membro da Banca

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(x) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 100

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 13 de julho de 2026.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **José Amilton de Almeida, Professor(a)**, em 20/07/2026, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Simoes Bezerra, Professor(a)**, em 22/07/2026, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria Menegat, Professor(a)**, em 24/07/2026, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Barbosa Dias, Usuário Externo**, em 29/07/2026, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3082551** e o código CRC **FA393C2A**.

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

DIAS, Gustavo.

AGRICULTURA FAMILIAR DE ALTO RIO DOCE: Dos Desafios às Perspectivas Futuras / Gustavo DIAS. -- 2026.
72 f.

Orientador: José Almeida

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2026.

1. Agricultura Familiar . 2. Desafios. 3. Alto Rio Doce. 4. Políticas.
5. Perspectivas. I. Almeida, José, orient. II. Título.

Gustavo Barbosa Dias

Agricultura familiar de Alto Rio Doce - MG: dos desafios às perspectivas futuras

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal
de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do
título de bacharel em Serviço Social

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Amilton de Almeida - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Elizete Maria Menegat
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Cristina Simões Bezerra
Universidade federal de Juiz de Fora

Em memória de meu pai, homem batalhador e honesto que me ensinou
a ser uma pessoa melhor, guia do meu caminho todos os dias

RESUMO

A agricultura familiar no Brasil é a base da segurança alimentar de nosso país. Ela leva o alimento na mesa de milhões de pessoas, proporcionando uma alimentação saudável e de qualidade. É o setor rural que mais gera emprego no Brasil; geralmente é usado práticas sustentáveis no cultivo sempre buscando a preservação do meio ambiente, sem uso de agrotóxicos. A produção agrícola para ser reconhecida como agricultura familiar, o trabalho deve ser composto e gerida majoritariamente por pessoas de uma mesma família; não exceder 4 módulos fiscais e a maior parte da renda familiar ser oriunda da agricultura familiar. Além de que caso a família queira participar de políticas de incentivo agrícola, ela deve ser regularizada em um órgão municipal que possa estar emitindo a CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar). A nossa pesquisa é voltada para a agricultura familiar do município de Alto Rio Doce/MG, onde buscamos trazer à tona os desafios que perpassam na agricultura e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores. Considerando que os problemas enfrentados por esse setor agrícola hoje são consequências estruturais da formação social brasileira. Depois de identificado esses desafios, buscamos através de referências bibliográficas medidas que poderiam ser tomadas para melhorar o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Alto Rio Doce hoje. Pois considero que as perspectivas para a agricultura familiar do município não são as melhores, portanto é preciso que se faça algo que promova esse segmento tão tradicional, cultural e importante deste município para que não seja extinto.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Desafios. Alto Rio Doce. Políticas. Perspectivas

ABSTRACT

Family farming in Brazil forms the foundation of the country's food security. It puts food on the tables of millions, providing a healthy, high-quality diet. It is the rural sector that generates the most jobs in Brazil; cultivation practices are generally sustainable, prioritizing environmental preservation and avoiding the use of agrochemicals. To be classified as family farming, agricultural production must rely on labor and management primarily provided by members of the same family; the holding must not exceed four fiscal modules, and the majority of the family's income must be derived from the farming activity. Furthermore, for a family to participate in agricultural incentive programs, they must be registered with a municipal agency authorized to issue the CAF (National Family Farming Registry). Our research focuses on family farming in the municipality of Alto Rio Doce, Minas Gerais, aiming to highlight the challenges inherent in this agricultural activity and the difficulties faced by farmers—issues that are, in fact, structural consequences of Brazil's social development. After identifying these challenges, we consulted bibliographic references to propose measures that could improve the development of family farming in Alto Rio Doce today. Given that the outlook for family farming in the municipality is not promising, action is required to support this traditional, culturally significant, and vital sector to prevent its disappearance.

Keywords: Family farming. Challenges. Alto Rio Doce. Policies. Prospects.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 - O QUE É A AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS CARACTERÍSTICAS NO MUNICÍPIO.....	11
1.1-O QUE É A AGRICULTURA FAMILIAR	11
1.2. OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DOS CAMPONESES IMPACTADOS PELA CONTRADIÇÃO DA LÓGICA CAPITALISTA E DAS ORIGENS DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA.....	15
1.3. CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ALTO RIO DOCE.....	32
CAPÍTULO 2- DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ALTO RIO DOCE.....	38
2.1- PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO, QUAIS SÃO OS AGENTES E COMO ATUAM	38
2.2 - QUAIS SÃO AS POTENCIALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ALTO RIO DOCE? PERSPECTIVAS FUTURAS E O QUE PODE SER MELHORADO PERANTE OS DESAFIOS DO MUNICÍPIO.	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS	64
ANEXOS	67

INTRODUÇÃO

Apresento a você, caro leitor, a minha monografia de conclusão de curso da Faculdade de Serviço Social, onde eu tive o prazer de estar, neste que foi um espaço de muito aprendizado ao longo de minha jornada. O processo nunca foi fácil, ainda mais para um menino nascido e criado no campo, lugar onde quase não se veem oportunidades de estudo e de trabalho, e agora, estando longe da família para ir atrás de um sonho que parecia distante. Muitas vezes, pensei em desistir.

Porém, a mentalidade de querer aprender, de lutar pelos meus direitos, de buscar uma melhor perspectiva de vida e, de alguma forma, poder ajudar a minha família foi o que me fez continuar.

A escolha de descrever aqui sobre a agricultura familiar de Alto Rio Doce passa exatamente pela minha vivência no campo. Pois, mesmo ainda pequeno, já ajudava meu pai, que hoje não está mais presente entre nós, com o trabalho no campo. E, sem dúvidas, o lugar que mais gostava era a horta; foi com meu pai que pude aprender a cultivar e cuidar da terra. Depois de sua partida, continuei ajudando minha mãe na produção e na comercialização dos produtos agrícolas na feira livre da cidade e nos programas PAA e PNAE, mesmo sem saber nada sobre o que eram essas políticas.

É por isso que hoje escolhi falar da agricultura familiar e das dificuldades que o setor enfrenta no município de Alto Rio Doce, pois sei que posso falar com propriedade e também com o pensamento crítico que foi desenvolvido ao longo do curso de Serviço Social.

Sabemos que somente com um pensamento crítico da realidade, com a união da sociedade e dos trabalhadores rurais, teremos condições de lutar pela emancipação da agricultura familiar; e por isso, sei que esta pesquisa pode contribuir com a agricultura familiar de Alto Rio Doce. Pois, por meio desta pesquisa, posso levar para o município ideias fundamentadas em grandes autores que nos apontam caminhos que podem ajudar os agricultores e a agricultura familiar a se desenvolverem melhor no município.

Tive a oportunidade de fazer entrevistas com os trabalhadores rurais, lideranças e agentes que estão à frente de alguns equipamentos da assistência rural do município, com o objetivo de identificar os desafios enfrentados por esses trabalhadores e saber a real situação em que se encontra a agricultura familiar do município hoje. Com as entrevistas e também com a pesquisa bibliográfica, consegui identificar diferentes adversidades enfrentadas pelos

produtores rurais na agricultura familiar, mas também fiz descobertas históricas do município e identifiquei possíveis caminhos que possam estimular a agricultura familiar ali.

Sei também que, com esta monografia, diferentes pessoas poderão conhecer um pouquinho da minha cidade, e que este trabalho de conclusão de curso possa ser importante para o Serviço Social, pois ele tenta aproximar a faculdade das relações sociais que permeiam o campo, assim como também o Serviço Social é importante para o campo, trabalhando diretamente nas contradições capitalistas que estão inseridas neste espaço e na busca por promover melhores condições de vida para o trabalhador rural.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é discutir a agricultura familiar do município de Alto Rio Doce, suas dificuldades, perspectivas e analisar o que pode ser feito para ajudar no desenvolvimento do setor. Pois a agricultura familiar, ao mesmo tempo em que é importante para o sustento de nosso país, é também bastante imperceptível nesta mesma sociedade, pois os agricultores são marginalizados e negligenciados pelo Estado. A realidade dos camponeses é marcada por processos históricos que, atualmente, ainda produzem desigualdades profundas.

Os objetivos específicos apresentados na monografia são a identificação e a análise das políticas, programas e projetos voltados para a agricultura familiar do município de Alto Rio Doce; as condições da agricultura familiar hoje, como ela se configurou em meio ao processo de transformação sócio-histórico e econômico brasileiro; como ela foi impactada pelas contradições capitalistas e qual é o pensamento do produtor rural e de atores que trabalham com as políticas públicas, diante do que está exposto hoje na agricultura, levando essa reflexão diretamente até eles.

Desse modo, conseguimos analisar os impactos permanentes do colonialismo na agricultura familiar, do período escravocrata até a formação desigual da sociedade; da má distribuição de terras em nosso país, sendo consolidada a concentração de grandes propriedades nas mãos de poucos, de forma que exclui os pequenos agricultores. E desta maneira, deparamo-nos assim com a reprodução contínua da lógica do capital em sua natureza; camponeses que agonizam com a omissão do Estado, na falta de políticas públicas efetivas que hoje apenas reproduzem a pobreza e que não impulsionam e nem promovem o desenvolvimento da agricultura familiar; e assim, os camponeses são obrigados a suportar a precarização do trabalho, a pobreza e a desigualdade.

Toda a pesquisa foi fundamentada no materialismo histórico dialético, em que tivemos como base teórica o texto de José Paulo Netto - *Introdução ao Estudo do Método de Marx* (2011). Alguns outros autores que usamos para o nosso TCC foram Ellen Wood com o texto *As Origens Agrárias do Capitalismo* (2001) onde ela vai tratar dessa transição agrária do

feudalismo para o capitalismo que se originou nos campos ingleses a partir do século XV, dando início a exploração capitalista.

Usamos vários textos de livros organizados por João Pedro Stédile como *A Questão Agrária no Brasil - O debate tradicional - 1500 - 1960* (2011), onde o autor cita como era o cultivo praticado pelas primeiras civilizações.

O livro foi importante para fundamentarmos a origem agrária no Brasil, desde o cultivo da agricultura apenas para a subsistência, até a produção alimentícia para a comercialização. O autor organiza o livro em uma ordem cronológica dos fatos, onde ele fala sobre a colonização, a escravização, o modo de produção capitalista e a concentração fundiária; elementos que moldaram a estrutura agrária do país e da agricultura familiar brasileira.

Foi estudada, ainda, a obra de Caio Prado Júnior - *Formação do Brasil contemporâneo* (2000), em que ele o autor aborda a colonização do país e argumenta que ainda temos traços desta colonização.

Ainda temos Clóvis Moura, que traz o debate étnico-racial para tratar do escravismo pleno e tardio, da abolição da escravidão e da Lei de Terras, que excluíram os ex-escravizados e pequenos camponeses do acesso à terra. Por fim, Guilherme Delgado, em *Reestruturação da Economia do Agronegócio - Anos 2000* (2013), obra em que o autor nos ajuda a entender o processo de emergência e aprofundamento do agronegócio.

A nossa metodologia de pesquisa é analítica, pois é voltada para que nós e o leitor possamos compreender a natureza que caracteriza a agricultura familiar do município de Alto Rio Doce, buscando identificar as dificuldades percorridas pela agricultura familiar. A metodologia também é exploratória por se tratar de um contexto do município muito pouco estudado, com pouca produção literária.

A metodologia possui uma abordagem majoritariamente qualitativa, contendo pesquisa bibliográfica que remete aos contextos das estruturas do capitalismo, das questões étnico-raciais, socioeconômicas, culturais e, principalmente, ao cerne da questão agrária em relação ao desenvolvimento do agronegócio, e seus impactos nas políticas públicas, projetos e programas governamentais voltados para o trabalhador do campo e para a agricultura familiar. Há também alguns dados quantitativos, pois não poderíamos descartar nenhum elemento que fosse importante para a nossa análise; também tivemos entrevistas com vários agricultores e com algumas pessoas ligadas à implementação de políticas públicas e a órgãos que atendem aos trabalhadores rurais do município de Alto Rio Doce, sempre buscando a clareza dos fatos e respostas para as nossas indagações.

Pois queríamos saber quais eram as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no município de Alto Rio Doce, quais eram as características e adversidades enfrentadas pelos agricultores, quais eram as perspectivas para a agricultura familiar no município, e o que pode ser feito para mudar a realidade atual e ajudar na promoção da agricultura familiar de Alto Rio Doce.

Para a realização da pesquisa, iniciei o estudo na biblioteca municipal de Alto Rio Doce, procurando por algum livro que contasse um pouco da história da cidade. Felizmente, obtive algum êxito. Depois, fiz pesquisas *online* em vários sites governamentais, de empresas e de programas voltados à agricultura, como a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) entre vários outros sites.

Também realizei pesquisas bibliográficas e encontrei textos valiosos de autores importantes como Guilherme Delgado (2017), que fala exatamente da agricultura familiar, de seus desafios e perspectivas. Outro documento raríssimo encontrado foi a cartografia da comarca de Alto Rio Doce (1896). E, por fim, foram realizadas entrevistas com agricultores do município e com profissionais técnicos, que certamente deixaram nosso trabalho muito rico. Acredito que, com todos os dados coletados e textos bibliográficos, conseguimos responder às nossas indagações. É importante salientar que as mesmas foram guiadas pelos princípios da ética em pesquisa com seres humanos, sendo reservado o anonimato dos entrevistados, que recebem aqui nomes fictícios. No ato da entrevista, eles foram informados dos seus objetivos e do seu caráter puramente acadêmico, do sigilo das informações, e sua anuência foi formalizada através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Posteriormente a essa coleta, sob a luz do materialismo histórico-dialético é que vamos analisar estes dados com muita atenção e cautela. Com esses dados, vamos apontar diretamente para o centro do nosso objeto de pesquisa, identificar e compreender onde está a contradição entre capital e trabalho no meio rural, e as expressões causadas por essa contradição, realizando, a nossa fundamentação teórica.

CAPÍTULO 1 - O QUE É A AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS CARACTERÍSTICAS NO MUNICÍPIO

1.1-O QUE É A AGRICULTURA FAMILIAR

Em primeiro lugar, abordaremos o estudo dessa pesquisa fazendo uma pequena introdução à agricultura familiar, em seguida vamos discutir o processo histórico da formação social brasileira para termos compreensão de como se originaram as características da agricultura no Brasil. Para termos a dimensão do que fez a agricultura ser o que é hoje, e partindo desse pressuposto é que chegaremos às características, desafios e perspectivas da agricultura familiar no município de Alto Rio Doce.

A agricultura familiar é definida como um serviço braçal do campo, onde geralmente é composta por grupos familiares em pequenas propriedades rurais em que a produção é para a própria subsistência, mas em grande parte também é para o comércio local e nacional.

No Brasil e no mundo, a agricultura familiar responde pela maior parcela da produção de alimentos, como verduras, frutas, ovos e leites, por isso ela se torna uma atividade de grande importância para os circuitos locais da economia. A agricultura familiar representa quase 80% de todos os estabelecimentos rurais no Brasil, abastecendo o mercado interno com gêneros como arroz, feijão, café, verduras e frutas variadas. Essa atividade é desempenhada em harmonia com os recursos naturais, principalmente o solo, tornando-a importante para o avanço da sustentabilidade ambiental no campo (Guitarrara, 2026, p.1).

Apenas com essa citação, podemos perceber o tamanho da importância da agricultura familiar no cotidiano do brasileiro, pois é ela quem coloca a comida na mesa da população, seja independentemente de gênero, raça ou classe social. Ademais, dentro da agricultura, temos variados segmentos agrícolas, que podem ocorrer em pequenos ou grandes estabelecimentos, desde os mais perigosos e ameaçadores à vida e ao ecossistema até as técnicas mais seguras e sustentáveis de defesa da biodiversidade.

Há, por outro lado, a agricultura intensiva, que como o próprio nome diz, decorre da produção intensa de alimentos, um setor que demanda alto investimento, onde são usados agrotóxicos para o controle de pragas, grande quantidade de adubo químico e tecnologias de ponta, aumentando a produção no menor espaço de tempo possível, sendo corriqueiramente usada para o mercado exterior, e estando ligada à produção em larga escala, ao agronegócio e

à monocultura. Este setor da agricultura tem baixa empregabilidade, por usar maquinários de grande porte e necessitar de pouca mão-de-obra e de profissionais capacitados, estando, por sua vez vinculado à seleção de sementes que são modificadas geneticamente, as chamadas sementes transgênicas. O agronegócio combina a agricultura extensiva tradicional às técnicas modernas de intensificação.

Há, porém, um setor não modernizado da agricultura extensiva, que acontece por meio de técnicas tradicionais de plantio e colheita, e em que quase não se vê o uso de máquinas. Já em relação à pequena agricultura, à agricultura camponesa e familiar, em muitas delas, até hoje, ainda são utilizadas enxadas e outros equipamentos rudes, que são puxados por tração animal para arar a terra e preparar o plantio, sendo dependentes do clima e do solo, que precisam estar em boas condições, pois em períodos de secas ou de fortes chuvas, isso pode afetar negativamente a produtividade. São vários elementos que dificultam a prosperidade dessa vertente da agricultura, pois raramente ela recebe incentivos governamentais e apoio tecnológico; mesmo com alguns estabelecimentos exibindo um grande espaço territorial, a produção é em menor escala, se comparada à agricultura intensiva e moderna.

Há também a agricultura familiar orgânica, focada em produzir alimentos sem o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, tornando esses alimentos bem mais saudáveis, produzidos com práticas tradicionais cujos produtos, para serem comercializados, exigem o selo de certificação de produto orgânico.

Por fim, a agricultura ecológica, que assim como a orgânica, não faz uso de produtos químicos, pois são usados recursos naturais e ecológicos, buscando-se o equilíbrio entre a produção agrícola e ecossistema, desenvolvendo o reflorestamento como medida que beneficia o solo e a biodiversidade e buscando recuperar as práticas tradicionais dos povos e comunidades camponesas, em desaparecimento, em razão ao agronegócio, e que não recebem incentivo estatal.

Tanto a agricultura extensiva como a intensiva ocasionam impactos ao meio ambiente. A retirada da cobertura vegetal para o plantio nas duas modalidades é o início de uma série de mudanças, muitas vezes negativas, no meio natural. Entretanto, é preciso admitir que a agricultura intensiva, pela quantidade de insumos, recursos e técnicas, é a grande vilã no que diz respeito aos impactos ambientais. (Ribeiro, 2025, p. 3)

Apesar de sabermos da importância da agricultura familiar, é preciso sempre ter maior consciência dos impactos ambientais que podem surgir com esse segmento, principalmente em relação à agricultura intensiva, e ao agronegócio, pois é ele quem mais abre caminhos para as commodities com o desmatamento, a poluição do solo e de áreas pluviais; portanto, ter um

incentivo a práticas agrícolas que sejam sustentáveis e ecológicas é de suma relevância para as questões ambientais. E nada melhor do que termos uma agricultura familiar orgânica, ecológica e sustentável.

A agricultura familiar, que envolve pequenos camponeses, geralmente é composta por pessoas de uma mesma família, podendo haver em algumas ocasiões contratações temporárias de trabalhadores rurais com o objetivo de ajudar na preparação da terra e no cultivo da plantação. Existem algumas normativas inseridas na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que definem se um grupo familiar pode ou não integrar a agricultura familiar, como o módulo fiscal que deve ser entre 1 e 4 módulos, além disso, parte da renda familiar deve ser originada da venda de produtos cultivados pelo próprio grupo familiar e a propriedade rural deve ser controlada pela própria família com a mão de obra sendo majoritariamente familiar. Com isso, estão inseridos na lei, os silvicultores; aquicultores; pescadores; extrativistas; povos indígenas; quilombolas e assentados da reforma agrária.

Guitarrara (2026, p.8) traz dados interessantes do último Censo Agropecuário, realizado em 2017, no qual “são indicados que 77% de todos os estabelecimentos agrícolas do Brasil se dedicam à prática da agricultura familiar, sendo cerca de 4 milhões de unidades”, a pesquisa ainda indica que a agricultura familiar “representa apenas 23% da área total de propriedades rurais, o que corresponde a aproximadamente 81 milhões de hectares, onde há 10 milhões de pessoas empregadas na agricultura familiar”, mas também mostrou que houve uma redução no número de estabelecimentos agrícolas entre 2006 e 2017, representando um declínio de 9,5%. Essa redução está relacionada à falta de incentivos fiscais para a agricultura familiar, que faz com que esses produtores e principalmente os jovens preferem buscar melhores oportunidades de trabalho e condições de vida em espaços urbanos.

Com essa pequena introdução sobre a agricultura familiar, observamos que a agricultura extensiva, orgânica e ecológica se opõe à agricultura intensiva, assim como também ao agronegócio; uma vez que a agricultura extensiva recebe poucos recursos e incentivos governamentais, que não fomentam a emancipação do camponês e apenas o mantém estabilizado, quando muito, através do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar), com programas como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário), assim como vários outros programas espalhados pelo país. Os obstáculos da agricultura familiar são muitos, o avanço do agronegócio em uma disputa desleal por terras com o pequeno produtor agrícola, são consequências de um processo histórico marcado pela colonização, escravidão,

que culminou na má distribuição de terras. A agricultura Familiar também tem um “papel de sistema de reprodução social”; é o que diz o Atlas do Espaço Rural Brasileiro. (IBGE, 2020, p. 292-293):

No entanto, a agricultura familiar não se restringe ao uso do trabalho familiar na produção. Vários são os autores que apontam seu papel enquanto um sistema de reprodução social. A esse respeito, Salvoldi e Cunha (2010, p. 25 **apud** IBGE, 2020, p. 292) dizem que esse sistema tem na família a ‘estrutura fundamental de organização da reprodução social, através da formulação de estratégias (conceituais ou não) familiares e individuais que remetem diretamente à transmissão do patrimônio material e cultural’. Entre essas estratégias estão, segundo Martins (2001 **apud** IBGE, 2020, p. 293), as doações periódicas de familiares de remessas de dinheiro obtidas em outros setores da economia e em subsídios como aposentadorias ou bolsas, que em última instância contribuem para a manutenção do patrimônio familiar que garante o desenvolvimento das atividades agropecuárias.

O que indica que, em alguns lugares, a agricultura familiar é dependente de apoios financeiros e sociais dos próprios grupos familiares para que ela não padeça. Ademais, o texto expõe que mesmo com as adversidades enfrentadas pelos agricultores, a agricultura é passada de geração em geração na tentativa de se manter o legado da agricultura familiar.

A agricultura camponesa surge no período pós escravista, pois ex-escravizados e povos indígenas já realizavam o cultivo da terra para subsistência. A agricultura familiar apesar de também ser de subsistência, ela pode ter em si um contexto econômico se o grupo familiar a utiliza como um trabalho que gera renda. A agricultura familiar alcança a sua legitimação principalmente a partir da luta dos “movimentos sociais e sindicais das organizações camponesas, no contexto da redemocratização” (IBGE, 2020 p.294), na luta por algumas políticas públicas destinadas à agricultura que começam a ser implementadas pelo Estado, que contou com alguns intelectuais, os quais iniciam estudos metodológicos acerca da agricultura familiar e de modo a defini-la.

De acordo com o Atlas do Espaço Rural Brasileiro, seguindo os dados do Censo Agropecuário de 2017, em relação à cor ou raça dos agricultores, nos chama a atenção a pouca porcentagem de pessoas que se declararam pretas (8,9%), sendo que a maioria delas estão concentradas na região nordeste do país; já os agricultores que se identificaram como brancos (43,4%) estão na região sul do país; os agricultores que se identificaram como indígenas, se encontram em sua grande maioria no norte do Brasil; e ainda temos as pessoas que se consideram pardas (45,8%).

Percebemos, aqui, como a agricultura familiar brasileira, hoje, está fortemente marcada pelo processo histórico que nos acompanha desde a ocupação do território brasileiro por

imigrantes europeus incentivados pelo Império durante os séculos XIX e XX. A monarquia e a oligarquia agrária tinham a intenção de obterem mão de obra barata, mas também pretendiam embranquecer a população. Muitos desses imigrantes, principalmente italianos e alemães receberam terras no sul do país, o que explica a grande quantidade de pessoas brancas na região. Já as pessoas negras ex-escravizadas foram impossibilitadas de adquirir um terreno pelo alto valor da terra fixado pelo império, ou por quem detinha essa terra.

Antes de pensarmos sobre a agricultura familiar do município de Alto Rio Doce, é importante que tenhamos uma melhor compreensão do que é a agricultura familiar e suas transformações históricas que perpassam na formação social brasileira; para essa próxima discussão, vamos ao subtítulo a seguir.

1.2. OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DOS CAMPONESES IMPACTADOS PELA CONTRADIÇÃO DA LÓGICA CAPITALISTA E DAS ORIGENS DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Antes de alcançarmos os desafios atuais da agricultura familiar, dos camponeses e às contradições da lógica capitalista, vamos primeiro as origens de nossa formação social. Pois muito antes de nosso continente e país receber aqueles que nos massacraram e nos exploraram, existiam no território agrupamento de tribos e povos nômades em que naquele tempo faziam o uso da terra com pequenas plantações como abacaxi, mandioca e milho, como mencionado por Stédile (2011), onde o autor traz citações de vários pesquisadores que se debruçaram sobre o tema da questão agrária. Estes povos se alimentavam de alimentos e frutas silvestres; e todo o alimento adquirido era compartilhado entre o grupo, ou seja, havia um cultivo de alguns alimentos, mas para a própria subsistência e sobrevivência desses povos; esses povos também não se fixaram em apenas um lugar, viviam se deslocando em tempos e tempos. Conforme Stédile (2011, p.18-19):

Para efeito do estudo da questão agrária nesse período, sabe-se que esses povos viviam no modo de produção do comunismo primitivo. Organizavam-se em agrupamentos sociais de 100 a 500 famílias, unidos por algum laço de parentesco, de unidade idiomática, étnica ou cultural. Não havia entre eles qualquer sentido ou conceito de propriedade dos bens da natureza. Todos os bens da natureza existentes no território – terra, águas, rios, fauna, flora – eram, todos, de posse e de uso coletivo e eram utilizados com a única finalidade de atender às necessidades de sobrevivência social do grupo. E quando os bens da natureza se tornavam escassos em determinadas regiões, os grupos se deslocavam para outros locais, o que caracterizava a sua condição de vida nômade.

Na obra *As Origens Agrárias do Capitalismo*, Ellen Wood analisa o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, demonstrando que esse modo de produção teve sua origem nas transformações ocorridas no campo inglês, especialmente entre os séculos XVI e XVII. Para a autora, o elemento central dessa transformação foi a mudança nas relações sociais de propriedade da terra.

Ao investigar a origem do capitalismo, Ellen Wood demonstra que a expansão das cidades e do comércio não ocorreu nas cidades europeias. Para a autora, o elemento central desse processo encontra-se nas transformações ocorridas no campo inglês, onde as relações entre proprietários de terra, arrendatários e produtores foram aos poucos moldadas de acordo com às exigências do mercado. A terra deixou de representar apenas um meio de subsistência ou de domínio de poder político e passou a ser um poder econômico, de valor.

Essa transformação modificou profundamente as formas de vida da população rural. Muitos camponeses perderam o acesso às terras que garantiam sua sobrevivência e foram obrigados a buscar outras formas de obtenção de renda, principalmente pela venda de sua força de trabalho. Assim, a expropriação dos produtores representa uma mudança na posse da terra, e uma alteração estrutural nas relações sociais, que subordina tanto os proprietários quanto os trabalhadores à dinâmica da acumulação capitalista.

A consolidação do capitalismo significou que a terra e o trabalho se tornassem apenas uma mercadoria, transformando ambos em elementos subordinados às exigências do Capitalismo.

Mesmo que a formação histórica brasileira tenha seguido um percurso um quanto diferente ao que acabamos de observar na Inglaterra, ambos constituem o processo de apropriação da terra como condição para a expansão do capitalismo. No Brasil, esse movimento ocorreu por meio da colonização portuguesa, que provocou a ocupação dos territórios indígenas, estabeleceu as sesmarias e estruturou uma economia baseada na concentração fundiária dos grandes fazendeiros e na exploração do trabalho escravizado, ou seja, no Brasil com a colonização, passamos por um modelo escravista que condicionava o acúmulo de capital para os países europeus. De acordo com Stédile, a implementação da propriedade privada da terra está ligada à violência, à marginalização, à expulsão das populações originárias e à concentração fundiária, elementos que deixaram marcas estruturais e marcaram profundamente a formação agrária brasileira.

Para Clóvis Moura, a riqueza produzida pelos engenhos e pelas demais atividades agroexportadoras resultava da exploração da população escravizada, garantindo a acumulação

de patrimônio pelas elites agrárias e fortalecendo uma estrutura social profundamente desigual. Desse modo, a concentração da terra e da riqueza não representa um fenômeno recente, mas uma característica histórica da formação econômica e social brasileira.

Compreender esse percurso histórico é essencial para analisar a agricultura familiar atualmente. A permanência da concentração fundiária, das desigualdades no acesso às políticas públicas, ao crédito, à assistência técnica e aos mercados revela que muitas das contradições originadas durante a formação do capitalismo continuam presentes no campo brasileiro. Dessa forma, a agricultura familiar desenvolve-se em um contexto marcado por desigualdades históricas que ocorreram no Brasil.

O sucesso econômico dos latifundiários, desse modelo exportador dependia dos escravizados, pois sem eles não haveria produção e muito menos exportação; a concessão das sesmarias impulsionou mais ainda o patrimônio, a riqueza dos oligarcas; tornando a realidade brasileira naquilo que vemos hoje, grandes extensões de terra nas mãos de poucos, e nada ou muita pouca terra nas mãos de muitos. Claro que todo esse processo não aconteceu de forma pacífica, pois não podemos nos esquecer das revoltas indígenas e movimentos escravocrata como do quilombo dos palmares que foram à luta e organizaram revoltas, principalmente pela abolição.

Pois bem, pelo o que sabemos, após acessarmos o livro *Memórias para a História de Alto Rio Doce* (1932), que conta a história do município de Alto Rio Doce, o processo de construção histórico da cidade aconteceu de acordo com a doação das sesmarias, em 1759, para o senhor José Alves Maciel. Em seguida, tivemos a construção de uma capela, obra que foi executada por pessoas escravizadas da época, e este fato nos mostra, mais uma vez, como as relações estruturais não só econômicas, mas também sociais dependiam dessa exploração do ser; uma exploração que garantia fortuna e domínio às elites agrárias.

Todos os autores mencionados nos levaram a compreender que o modelo escravista brasileiro estruturou uma sociedade desigual, marginalizada, caracterizada pela concentração fundiária, pela exclusão étnico-racial da população negra e pela exploração. Estes são elementos históricos que refletem na questão agrária ainda hoje, assim como na agricultura familiar, pois a desigualdade social está em todos os lugares, em todos os espaços de trabalho como resultado da lógica capitalista.

Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* (1885), nos faz entender que a colonização do Brasil foi constituída para defender os interesses econômicos das potências europeias e, principalmente, de Portugal, sendo a exploração da terra, junto com o trabalho escravo, a base econômica principal. O objetivo não era o desenvolvimento da nação

brasileira, mas produzir riqueza pelas mãos dos povos escravizados e exportá-la. Em tempo, o autor recorda que, no Brasil contemporâneo, ainda temos traços da colonização, um país que se curva perante as grandes potências mundiais, e que esses traços coloniais são ainda mais expressivos no campo, através de diferentes relações sociais de classe.

Portanto, o autor explica que a colonização no Brasil ficou marcada pela grande concentração de terras nas mãos de poucos; a agricultura produzida em solo brasileiro era para servir o mercado externo; e que escravizados e pequenos agricultores ficaram à mercê da exploração enquanto grandes latifundiários se enriqueciam cada vez mais.

[...] Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado, mas elas ainda mal se fazem notar. O sentido da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista é compreender o essencial desse quadro que se apresenta em princípios do século passado. (Prado Jr., 1985, p.26)

Logo, com o passar do tempo, vemos que as raízes coloniais estão em constante mudança, mas sem desaparecer. Há sempre novas maneiras de explorar a sociedade, maneiras estas protegidas por leis criadas pelo Estado; questões sociais e agrárias como já mencionadas, são estruturais, acometidas através de todo um processo histórico de colonização, exploração, escravização e exclusão.

No período colonial, quando os exploradores europeus viram o quanto nossa terra era fértil, não apenas roubam nossas riquezas como ouro, a prata e a madeira, mas também passaram a fazer o uso de nossa terra para plantio agrícola e exportar matéria-prima, como a cana de açúcar; tudo organizado pelo modelo de *plantation*, era um modo de monocultura existente nas grandes fazendas e realizado por mão-de-obra escravizada.

Tal modelo de produção, sob a égide das leis do capitalismo, produzindo apenas produtos agrícolas e minerais para o abastecimento do mercado europeu, foi denominado pelos historiadores de modelo agroexportador. A amplitude desse modelo era tal que, segundo as primeiras estatísticas macroeconômicas organizadas pelo Banco do Brasil em meados do século 19, naquela época, a colônia Brasil exportava mais de 80% de tudo o que era produzido no território. (Stédile 2011, p.20)

Stédile explica que, até 1850, as terras ainda não eram oficialmente uma mercadoria, pois ela pertencia à coroa portuguesa, que doava grandes frações de terras aos fazendeiros no intuito de atrair capital investido na plantação e exportação. Com isso, os latifundiários não tinham direito de venda e compra dessas terras, mas poderiam passá-las para seus herdeiros. A terra só veio a se tornar mercadoria definitivamente com a lei de terras, de 1850. Nesta época, os ingleses já pressionavam a coroa portuguesa para pôr fim à escravidão, e com isso, a lei foi criada para o favorecimento dos latifundiários e das pessoas que detinham o poder econômico e que podiam pagar pela terra e excluir a massa escravizada. Dessa forma, quando as pessoas escravizadas deixassem de ser escravizadas, elas não teriam nenhum poder aquisitivo, nem terra ou qualquer meio de produção e se tornaram mão-de-obra barata a ser explorada.

Depois da lei áurea, de 1888, assim como explicado por Stédile (2011), os camponeses e ex-escravizados ficaram impossibilitados de ter um terreno, de construir suas casas e por isso, muitas pessoas migraram para as cidades em busca de melhores condições de sobrevivência. Como os melhores espaços urbanos já estavam na mão da classe média e alta, essas pessoas foram para os morros, dando início às favelas no Brasil.

Com a mão de obra escassa, o que o império resolveu fazer foi trazer pequenos camponeses da Europa para trabalharem em solo brasileiro, alguns receberam uma boa parcela de terreno (que convertida hoje, pode valer milhões de reais), outros, trabalhavam para os grandes latifundiários no regime de colonato; um modelo em que a plantação e colheita ficava por conta desse trabalhador e no final ele recebia uma pequena parcela do produto exportado ou era destinado a ele um pequeno terreno em que ele podia fazer plantio para a sua própria subsistência.

Com isso, milhares de italianos, espanhóis e alemães vieram parar no Brasil, numa tentativa de embranquecimento da população. Desde o início da colonização, sucedeu-se uma mistura de cultura, raça e crenças entre os povos nativos, pessoas escravizadas vindas da África e os europeus; ou seja, foi um processo de miscigenação. E esse processo de miscigenação não foi simples, porque é um processo que marca a dominação da cultura europeia sobre a cultura negra e indígena, marcada por violência, e principalmente contra mulheres negras e indígenas escravizadas que também eram estupradas por colonizadores brancos.

Esse processo de miscigenação explica os dados do último censo agro que indica que 45,8% dos agricultores camponeses se identificam pardos e a forte concentração de agricultores brancos no sul do país onde tem uma grande presença de descendentes europeus, principalmente italianos e alemães; no norte, ainda temos uma pequena porcentagem de povos originários, pois temos uma grande área de florestas e territórios indígenas; no nordeste, uma população

majoritariamente negra, pois foi uma região que concentrou muitas pessoas escravizadas nas lavouras, principalmente nos engenhos de açúcar .

Portanto, um elemento que dá origem a agricultura de base ou campesinato, é essa imigração europeia que inicia em pequenas propriedades rurais o cultivo agrícola; o outro importante elemento se dá pela população miscigenada, originada em solo brasileiro ou ex-escravizados, que vão em busca de terras afastadas do litoral onde elas ainda não estavam dominadas. Durante esse percurso para o interior, essas pessoas foram ocupando regiões ainda não habitadas, e por lá criaram cultivo para subsistência.

Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, não era capitalista, eram trabalhadores pobres, nascidos aqui. Impedida pela Lei de Terras de 1850 de se transformar em pequenos proprietários, essa população passou a migrar para o interior do país, pois, nas regiões litorâneas, as melhores terras já estavam ocupadas pelas fazendas que se dedicavam à exportação. A longa caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação de nosso território por milhares de trabalhadores, que foram povoando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola de subsistência. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades. Produto do sertão, local ermo, despovoado, o camponês recebeu o apelido de ‘sertanejo’ e ocupou todo o interior do território do Nordeste brasileiro e nos Estados de Minas Gerais e de Goiás. Stédile 2011, p.27)

Percebam então, assim como Clóvis Moura e outros autores nos fazem entender, que a abolição da escravidão ocorreu sem nenhum tipo de transformação estrutural da sociedade brasileira. Sem uma reforma agrária; sem distribuição das terras ou a inclusão socioeconômica da população negra, seja no campo ou na cidade. Ex-escravizados e brasileiros pobres foram excluídos do acesso a direitos básicos, enquanto os grandes proprietários rurais mantiveram suas riquezas fundiárias. Assim, o fim da escravidão não eliminou as desigualdades sociais e raciais, apenas atualizou essas desigualdades de acordo com o modo como o mundo foi se modernizando, e assim reorganizou a exploração dentro da lógica capitalista, permanecendo a pobreza rural e a gigantesca concentração fundiária.

Clóvis Moura também desenvolve em seu livro o conceito de “escravismo tardio”, a partir de 1851. Como conta o autor, houve uma evolução nos países europeus relacionado a um “avanço tecnológico, científico, cultural e econômico” (Moura, 2014, p.85) que mudou as relações sociais desses países, e quando algumas dessas modernizações são trazidas para o Brasil, a elite agrária e a burguesia impedem que as mudanças aconteçam também nas relações de trabalho e, desse modo, o Brasil foi o único país que se modernizou ao mesmo tempo em

que escravizava pessoas negras. Isto é o que costumamos chamar de modernização conservadora. O autor ainda destaca a relação entre Brasil e Inglaterra, pois com o fim da escravidão, o “Brasil não desenvolveu um sistema capitalista próprio e por isso ficou à mercê do capital internacional, nos tornando uma nação subalterna” (Moura, 2014, p.86).

Quem se beneficiou muito disso foram os ingleses, pois foi a Inglaterra que projetou investimentos no Brasil, os quais vieram acompanhados de juros exorbitantes, provocando uma imensa dívida externa. A Inglaterra investiu principalmente em ferrovias e no porto de Santos, o principal porto de nosso país de forma estratégica. O objetivo era claro, controlar as exportações e importações brasileiras. As ferrovias, projetadas em regiões cafeeiras com o objetivo de levar o café até o porto e a, partir daí, escoar o café para o exterior através dos navios.

Além disso, ainda tivemos investimentos dos ingleses na cana-de-açúcar, no Nordeste. Mesmo com o fim da escravidão, os latifundiários, com seu modelo agroexportador, continuaram a se beneficiar desse monopólio, conseguindo manter, até os dias atuais, tal estrutura fundiária, e causando dificuldades imensuráveis aos pequenos agricultores.

No fim do século XIX, ocorrem mudanças significativas no país, pois o Brasil se torna República, em um primeiro momento governada por militares do período de 1889 à 1894. A agricultura ainda era de subsistência, uma vez que muitos camponeses e ex-escravizados não possuíam terras devido a lei de terras de 1850. Foi um período consolidado pelo café e após 1894 a República tornou-se dominada pela elite agrária dando origem a República Oligárquica até 1930.

Foi a partir deste período que a política brasileira foi dominada pelos estados de Minas Gerais e São Paulo com a famosa *política do café com leite*. Uma época de expansão exportadora, em que o Brasil tem como a sua maior força econômica as exportações de café, assim também como o açúcar. Muitos trabalhadores e suas famílias eram subordinados a trabalhar nas grandes fazendas e pelo regime de colonato recebiam como pagamento uma pequena quantidade de alimento para sobreviverem.

As oligarquias controlavam o estado, e com isso tinham total proteção governamental. Muitos camponeses também residiam em terras sem nenhuma documentação, e assim ficavam à mercê dos coronéis. Desta forma esses mesmos latifundiários e coronéis usavam a vulnerabilidade social destes cidadãos para conseguir os chamados *votos de cabresto*.

Após esse período da Primeira República, quem assume o poder do Brasil é Getúlio Vargas no ano de 1930, liderado por um grupo militar e com apoio da burguesia que

implementa “um novo modelo econômico; a industrialização” (Stédile 2011, p.28), tirando o poder das mãos da elite agrária.

As oligarquias rurais continuam donas das terras, continuam latifundiárias e produzindo para a exportação, mas não mais detêm o poder político. As elites políticas – a burguesia industrial, agora no poder – fazem uma aliança com a oligarquia rural, tomam seu poder, mas a mantêm como classe social, por duas razões fundamentais: primeiro, porque a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, da acumulação das exportações do café e do açúcar, ao contrário dos processos históricos ocorridos na formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. A segunda razão: o modelo industrial, como era dependente, precisava importar máquinas, e até operários, da Europa e dos Estados Unidos. E a importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente. Surge, então, um setor da indústria vinculado à agricultura, as indústrias produtoras de insumos para a agricultura, como ferramentas, máquinas, adubos químicos, venenos etc. E outro, da chamada agroindústria, que foi a implantação da indústria de beneficiamento de produtos agrícolas. (Stédile 2011, p.28-29)

De acordo com Stédile, com esse novo modelo, surgiu uma camada de agricultores burgueses que voltaram a produção alimentícia para o mercado interno, o que gerou mudanças significativas como produção agrícola modernizada, indução do êxodo rural e exército industrial de reserva, como Marx já dizia. De acordo com Stédile (2011, p.29-30), os principais pontos que fizeram camponeses se submeterem às condições impostas pela burguesia agrária são:

a) Os camponeses cumpriram o papel de fornecer mão de obra barata para a nascente indústria na cidade. O êxodo rural era estimulado pela lógica do capitalismo, para que os filhos dos camponeses – em vez de sonharem com sua reprodução como camponeses, em vez de lutarem pela terra, pela reforma agrária – se iludissem com os novos empregos e salários na indústria. Foi, assim, um período histórico em que praticamente todas as famílias camponesas enviaram seus filhos para as cidades, no Sudeste e no Sul do país, para serem operários nas fábricas. b) O êxodo contínuo de mão de obra camponesa cumpria também o papel de pressionar para baixo o salário médio na indústria. Ou seja, havia sempre um exército industrial de reserva nas portas das fábricas, à espera de emprego. A baixos salários. c) Os camponeses também cumpriram a função de produzirem, a preços baixos, alimentos para a cidade, em especial para a nascente classe operária. O Estado brasileiro administrava rigorosamente os preços dos produtos alimentícios, produzidos pelos camponeses, para que chegassem baratos na cidade. E, com isso, viabilizava a reprodução da força de trabalho operária, com baixos salários, garantindo que a industrialização brasileira obtivesse altas taxas de lucro e, assim, crescesse rapidamente. Por essa razão, existe até hoje uma relação direta entre o preço da cesta básica dos produtos alimentícios de sobrevivência da classe trabalhadora urbana e o preço da força de trabalho, que é fixado no salário mínimo. d) Os camponeses foram induzidos a produzir matérias-primas agrícolas para o setor industrial. Surgiu e se desenvolveu, então, o fornecimento de matéria-prima para energia, carvão, celulose, lenha etc.

Foi assim que os latifundiários foram concentrando cada vez mais extensões de terra, enquanto o camponês se tornava mão-de-obra barata e, no máximo, o que conseguia era um minúsculo terreno para desenvolver o seu sustento. Stédile sustenta que precisamos compreender as contradições capitalistas para agirmos contra ela.

Há uma lógica natural de funcionamento do capitalismo, na fase atual dominado pelo capital financeiro, que atua também sobre a agricultura. Ela tem ainda características específicas determinadas pela atual crise do capital financeiro. Isso está trazendo consequências para a organização da produção agrícola e para a vida dos camponeses e gerando contradições que precisamos entender para atuar sobre elas. (Stédile, 2013, p.19)

A globalização, que assenta o seu domínio sobre a agricultura é o mercado internacional, através de investimentos de ações de empresas agrícolas, créditos rurais, taxas de câmbio baixas que propiciam a entrada das transnacionais, e a taxa para o livre comércio internacional, são alguns dos condicionantes que geram acumulação de capital na agroindústria. Também temos as crises do capital, que gera mudanças no mercado e eleva o preço de produtos que beneficia as grandes indústrias. Outro problema, apontado por Stédile, é a privatização da ciência e tecnologia agrícola, pois os resultados das pesquisas são comercializados e não são compartilhados com todos, dificultando o acesso do pequeno produtor. São muitas as variáveis e adversidades impostas pelo agronegócio: temos o desmatamento da biodiversidade; poluição do ar, do solo, dos rios com o uso exacerbado de agrotóxicos; a mecanização que diminui a mão de obra; crises cítricas causadas pela grande concentração de eucalipto e esse avanço do latifúndio sobre terras camponesas e indígenas, gerando conflito e expulsão desses trabalhadores, e há comprovações de que a concentração fundiária tem aumentado nos últimos anos.

Nos últimos dez anos, houve um processo acelerado de concentração da propriedade da terra. O índice que mede essa concentração continua crescendo, o índice de Gini, em 2006, estava em 0,854, que é maior inclusive do que em 1920, quando havíamos acabado de sair da escravidão. Nas estatísticas do cadastro do Incra, vê-se que entre, 2003 e 2010, as grandes propriedades passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades, e a área controlada por elas passou de 182 milhões de ha para 265 milhões de ha em apenas oito anos; analisando-se as grandes propriedades classificadas pelos critérios da lei agrária de 1993, com base nas informações declaradas pelo proprietário ao Incra, via-se que em 2003 havia 47 mil grandes propriedades improdutivas, detentoras de 109 milhões de ha, e que, em 2010, passaram a ser 66 mil grandes propriedades improdutivas, controlando 175 milhões de ha; analisando os dados por estabelecimentos (critério adotado pelo IBGE), percebe-se que, no último censo de 2006, havia 22 mil grandes propriedades

acima de 2 mil ha de terra, que seriam os latifúndios; e outros 400 mil estabelecimentos entre 500 e 2 mil ha, que seriam as fazendas modernas integradas no modelo do agronegócio; os grandes e médios proprietários que representam o agro negócio controlam 85% das terras e praticamente toda a produção de commodities; houve também uma concentração da produção agrícola por produto e, em 2010, 80% das commodities e das terras por elas utilizadas se destinavam a soja, milho e cana. (Delgado, 2013, p. 28-29)

Stédile (2013, p.31-32) também traz dados importantes destinados à agricultura familiar.

Na década de 1980, o número de trabalhadores assalariados na agricultura, entre permanentes e temporários, variava entre 6 e 10 milhões. Portanto, houve uma redução da classe de trabalhadores proletários rurais; entre a classe camponesa ou de agricultores familiares, há 4,8 milhões de estabelecimentos e famílias. Destes, 1 milhão de famílias, aproximadamente, seriam camponeses remediados, que vivem de seu trabalho familiar, contratam esporadicamente trabalho assalariado e estão integrados no mercado. São os que mais acessam as linhas de crédito do Pronaf. A maioria deles produz as mercadorias integradas à agroindústria, como suínos, aves, fumo, leite e algumas frutas; há outros 3,8 milhões de estabelecimentos/famílias de camponeses pobres que estão inviabilizados por esse modelo, que produzem basicamente para subsistência e vendem pequenos volumes de excedentes, sem condições de acumular; nos vários segmentos de agricultores familiares/camponeses, há 14,4 milhões de pessoas adultas que trabalham no campo. entre eles, os camponeses sem-terra.

Ainda temos aqueles trabalhadores que vivem em condições análogas à escravidão nas fazendas ou minas. Guilherme Delgado em seu texto *Tendências do Capital na agricultura*, corrobora com o pensamento de Stédile. Pois segundo Guilherme Delgado, o agronegócio prioriza produtos voltados ao mercado externo, principalmente commodities como a soja, milho, carne e cana-de-açúcar e fazendo com que a economia brasileira depende exclusivamente das exportações para o mercado externo, fortalecendo assim o latifundiário e a monocultura, desta forma o campo se torna um espaço de acumulação de capital; e do outro lado, mina a agricultura familiar. Delgado (2013, p. 70-71) enfatiza que:

É preciso destacar que a formação do preço da terra e a apropriação de terras públicas ou privadas sempre se constituíram nos ciclos fortes de expansão agrícola – como o atual –, em processos peculiares de associação dos grandes proprietários com as agências de estado encarregadas da política fundiária. Esses processos se repetem na década de 2000, sob novas roupagens, mas fundamentalmente com o mesmo sentido. E isto irá configurar, para o setor do agronegócio, um campo peculiar de valorização da sua riqueza, propiciada pelo boom das commodities e alavancada (para usar uma expressão tão ao gosto do sistema financeiro) pela frouxidão da política fundiária.

O autor ainda sustenta que o papel do Estado foi determinante para a concentração fundiária e o alto valor da terra, e para o modelo econômico agroexportador, principalmente com o financiamento público; enquanto que a reforma agrária e o apelo pela distribuição de terras nem sequer são discutidos pelo governo. Isso permite que compreendamos que a agricultura familiar enfrenta inúmeras dificuldades diante da expansão do agronegócio. Mesmo ela sendo fundamental para a produção de alimentos sustentáveis, para o abastecimento da população brasileira é a erradicação da pobreza extrema, a agricultura familiar enfrenta condições que a desestabiliza diante da concorrência desleal com o agronegócio, em que há acesso mínimo dos agricultores familiares a créditos rurais devido a sua pouca valorização por parte do Estado e das políticas públicas. São dificuldades que veremos a seguir.

A agricultura familiar é precursora da segurança alimentar e da erradicação da pobreza, pois é ela que nos garante uma alimentação mais saudável, por meios ecológicos e sustentáveis; ademais, é ela quem emprega um grande número de pessoas e coloca comida na mesa da sociedade. No entanto, esse setor vem sofrendo grandes impactos, ameaçando a sua existência; são marcas de um processo histórico. Hoje, um dos principais desafios da agricultura familiar é a reforma agrária, pois de acordo com alguns estudiosos da área, o número de famílias assentadas tem diminuído demasiadamente, resultado da forte expansão do agronegócio e da má vontade do Governo em distribuir as terras brasileiras.

No caso brasileiro, discute-se a distribuição de terras sem mudar a estrutura agrária. Nesse processo, o agronegócio procura afirmar o conceito de terra mercantil, ou seja, um mercado de terras que é pautado num sistema auto-regulável sem passar pelo regime fundiário constitucional que prevê o cumprimento da função social da propriedade. Mais precisamente, a estratégia da completa mercadorização dos espaços da natureza contém uma contradição tão forte com as relações sociais civilizadas, no sentido que a própria Constituição brasileira de 1988 já havia instituído que, para que essa mercadorização seja realizada, na prática, destroem-se as condições sociais e políticas do próprio Estado democrático, ainda que de maneira sub-reptícia (Delgado, 2014 apud Stropasola, 2017, p. 439)

Essa tendência de expansão do agronegócio e mercantilização fundiária nada mais é que o sistema capitalismo em sua essência, e para o agronegócio, a terra é vista apenas como mercado, capital financeiro; já para os camponeses, ela vale muito mais que isso, a terra tem um valor social e cultural imprescindível para a vida no campo, pois é dela que sai o sustento das próprias famílias camponesas e de milhões de pessoas pelo Brasil e mundo afora, a terra, para esses trabalhadores, têm um valor que certamente para o grande exportador nunca terá, que é o sentimento de pertença e identidade com a terra; para alguns camponeses, não se trata

somente da necessidade de continuar no campo trabalhando para a sua sobrevivência e de sua família seja no sol ou na chuva, pois também continuam nesse espaço porque amam o que fazem.

A grande concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários, o número de terras nas mãos do agronegócio cresceu em 35% e as terras destinadas à agricultura familiar diminuíram em 9,5% entre o censo agropecuário de 2006 e o último censo de 2017.

Em 2006, quando foi realizado o último Censo Agropecuário no país, as terras destinadas à atividade agropecuária ocupavam 39% do território nacional, com tamanho médio de 64 hectares por proprietário. Onze anos depois, 41% do território brasileiro é ocupado por terras agricultáveis, com tamanho médio de 69 hectares por dono (Guimarães, 2019, p.2).

Sabemos que, se juntarmos todos os pequenos estabelecimentos agrários do Brasil hoje, não chegará nem mesmo perto da quantidade de terras dominadas pelo agronegócio, de acordo com uma reportagem de Mauro Andrade, do *Canal do Boi*, que trouxe dados da Embrapa, afirma-se que “aproximadamente 30,2% do território nacional é ocupado pelo agronegócio, esse equivalente pode chegar a 350 milhões de hectares”. Já a agricultura familiar compõe apenas 23% do território brasileiro segundo o anuário da agricultura familiar de 2025 elaborado pela CONTAG. Uma diferença exorbitante e, ainda assim, a agricultura de base “corresponde a 23% do valor bruto da produção agropecuária brasileira, sendo responsável também por gerar economia em 90% das cidades de até 20.000 habitantes” (CONTAG, 2025, p. 3).

Gráficos do anuário estatístico da agricultura familiar (CONTAG, 2025, p.12) mostram que a população que reside na zona rural tem diminuído consideravelmente, logo, pressupomos que esses indivíduos estão deixando suas vidas no campo para buscar melhores condições de vida, de oportunidade de emprego, de melhor acesso a saúde e educação nos centros urbanos, o que faz com que um problema que está no campo, se torne um problema nas grandes cidades, com a urbanização, expansão habitacional em áreas de riscos naturais, aumento na poluição do meio ambiente e do desemprego.

A mecanização na zona rural também tem contribuído fortemente para o desemprego do trabalhador rural.

Enquanto o agronegócio avança e concentra maior renda, o campo perde postos de trabalho. Segundo o IBGE, houve redução de 1,4 milhão de vagas de trabalho no campo entre os dois censos — atualmente o Brasil possui 15,1 milhões de trabalhadores rurais. O maior impacto foi na agricultura familiar, com perda de 2,2 milhões de postos de trabalho por conta da concentração de terras e da mecanização no campo (Guimarães, 2019, p.4).

Esse avanço do agronegócio traz vários outros impactos graves, como no caso das fronteiras agrícolas, onde a agroindústria tem se desenvolvido e assim afetando a fauna e flora, atingindo “regiões de preservação ambiental ou em terras indígenas” (Guimarães, 2019, p.3), acarretando até mesmo em mudanças climáticas e no aquecimento global.

Porém, o que talvez mais nos chama atenção dentre essas fronteiras são os conflitos armados, levados a cabo por grandes latifundiários, que assinam e expulsão camponeses e povos indígenas de suas terras apenas por interesse financeiro, por conta principalmente da especulação fundiária, extração de madeira e favorecimento de ocupação da pecuária. Tudo isso ocorre quando esses mesmos camponeses e indígenas não aceitam ser aliciados, explorados.

Um levantamento da Comissão Pastoral da Terra, divulgado este ano, mostra que apenas 117 dos 1.468 casos de assassinatos em conflitos de terra entre 1985 e 2018 foram avaliados por um juiz em alguma instância. Os conflitos, neste período, resultaram em 1.940 mortos. De janeiro a agosto de 2019, segundo o acompanhamento da pastoral, o Brasil registrou 18 mortes em conflitos no campo. Entre os mortos, quatro eram líderes indígenas, sendo três do Amazonas e uma do Amapá (Guimarães, 2019, p.4).

Ou seja, muitos desses assassinatos ainda não foram a júri ou ficaram impunes. Outro problema, que tem sido recorrente segundo alguns autores, é o uso de agrotóxicos, que tem aumentado nos últimos anos, até mesmo por parte de alguns pequenos agricultores e, com isso o número de pessoas contaminadas, mesmo que de forma indireta tem sido alarmante, uma vez que esses produtos entram em contato com a água por meio do lençol freático; além de que, muitos camponeses não são alfabetizados ou obtiveram escolarização mínima, assim muitos não sabem ler e escrever, o que dificulta em saber o modo correto de usar esse tipo de componente químico. Segundo Guimarães (2019, p.6), “dados do DataSUS, que reúne informações da rede pública de saúde, mostram que, entre 2008 e 2017, o contato com pesticidas e agrotóxicos foi responsável direto por 7.267 mortes no Brasil”, um número significativo, além disso, o próprio autor descreve que foi aprovado pela Anvisa uma modificação nos rótulos dos produtos, retirando o símbolo da caveira em vermelho, sobrando apenas as letras miúdas, alguns pesticidas também passaram a ter maior teor tóxico.

Para Malagodi (2017, p.59), “os camponeses são fruto do sistema capitalista”, ou melhor, são “filhos indesejados do sistema”.

Os camponeses resultam do próprio sistema capitalista, não podemos deixar de reconhecer que são as condições do mercado capitalista e da hegemonia do controle do mercado e do Estado pelo grande capital que criam os mecanismos inibidores do desenvolvimento da agricultura de base familiar

e camponesa. [...] as dificuldades que enfrentam para desenvolverem seu modo de fazer agricultura decorrem do fato deles também representarem desafios ao sistema. E são desafios que os colocam face a face com os limites sociais do próprio sistema capitalista, quer dizer, à incapacidade do sistema capitalista de prover os valores de uso necessários à vida humana, à questão da segurança e soberania alimentar, sem amarrar o provimento de tais bens à maquinaria da produção de lucros em escala ampliada, e respeitar o horizonte jurídico da sociedade fundada no intercâmbio de mercadorias, isto é, na troca de equivalentes e no respeito aos direitos individuais (Malagodi, 2017, p.59).

A pouca quantidade de técnicos e a falta de capacitação desses próprios agentes, de programas como ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), também faz parte dos desafios dos camponeses, uma vez que esses atores estão inseridos nesse tipo de espaço para ajudar a promover o conhecimento dos agricultores, o desenvolvimento rural e a manutenção do trabalhador do no campo.

Um problema que tem desencorajado camponeses são alguns dos programas e projetos governamentais, como o Pronaf, que diz ser acessível para todos da agricultura familiar; mas será mesmo? Vou explicar o motivo desse esgotamento; a agricultura familiar brasileira recebeu suas primeiras políticas de incentivo agrícola nas décadas de 60 e 70, porém eram políticas de subsídio voltados mais para pessoas com melhor poder aquisitivo e principalmente para o setor agroexportador. Portanto, os programas de fomento à agricultura somente vieram a ser legitimados como políticas de incentivo agrícola tardiamente, no final dos anos 90 e início do século XXI, período em que também foram criados o MDA e a SAF (Secretaria de Agricultura Familiar). A partir desse período que a agricultura familiar inicia uma melhor projeção nacional no fornecimento de alimentos agrícolas.

Junto dessa projeção, o governo brasileiro cria algumas políticas, programas, projetos e leis voltadas para o incentivo, fortalecimento e manutenção do trabalhador rural. No entanto, esse plano de ação governamental é bem defeituoso, limitado; em outras palavras, ele restringe alguns trabalhadores, como se os dividissem em mais de uma classe social.

De acordo com um estudo realizado pelo Climate Policy Initiative/PUC-Rio, “quatro em cada cinco agricultores não acessam o Pronaf”. O estudo ainda diz que:

79% dos agricultores familiares não receberam crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Plano Safra 2024/2025. [...] A maior parte do crédito foi direcionada para as Regiões Sul e Sudeste (68%) e para cadeias produtivas consolidadas, como soja, milho e café (67%) (Climate Policy Initiative/PUC-Rio, 2026).

Catia Grisa (2017, p.292) traz consigo o ponto de vista do relatório da FAO/INCRA (1994)

o relatório FAO/INCRA (1994), classificou a agricultura familiar em ‘consolidada’, ‘em transição’ e ‘periférica’, e recomendou que o foco das políticas agrícolas governamentais deveria ser a categoria intermediária visando torná-la consolidada, enquanto para os periféricos deveriam ser elaboradas políticas agrárias e sociais. [...] Deste modo, como citam Guanziroli, Di Sabbato e Vidal (2014, p. 12), para parte importante da agricultura familiar ‘falta-lhes capital humano, terra, água, infraestrutura física e capacitação, para que possam eventualmente desenvolver atividades agropecuárias de forma eficiente’ (Grisa, 2017, p.292).

Visto essa classificação social dos camponeses no que diz respeito ao acesso às políticas públicas, vamos conhecer agora algumas particularidades do Pronaf.

No seu formato inicial, o Pronaf foi destinado aos produtores rurais que explorassem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; dispusessem de até dois empregados permanentes, sendo admitido o recurso eventual à ajuda de terceiros 185; não tivessem área superior a quatro módulos fiscais; no mínimo 80% da renda bruta anual deveria ser proveniente da exploração agropecuária ou extrativa; e, deveriam residir na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos. Seguindo orientações acadêmicas e compreensões dos próprios gestores públicos, o Pronaf privilegiou os agricultores familiares ‘em transição’ como o público prioritário (Guanziroli, 2007; Carneiro, 1997). O objetivo era promover os agricultores ainda não consolidados como empresas rurais, mas que apresentassem acesso parcial aos circuitos de inovação tecnológica e de mercado e amplo potencial de viabilização econômica a partir de estratégias de reprodução social essencialmente agrícolas, ou seja, agricultores familiares que reagissem aos estímulos e aumentassem a produção, a produtividade e a renda. O critério de necessidade de 80% da renda ser oriunda de atividades agrícolas presente na definição de agricultor familiar confluía com este intuito. O Pronaf crédito era visto não como um programa de assistência social, mas como um mecanismo para impulsionar para os mercados os agricultores que apresentassem um mínimo de condições produtivas (Grisa, 2017, p.294).

Com isso, conseguimos identificar aqui a seletividade desse programa, o que nos leva a refletir sobre aqueles camponeses denominados de “periféricos”. A partir desse questionamento, foi criado o “pronaquinho, uma linha de crédito para o camponês que está mais próximo da linha de pobreza”, alcançando assim, maior inclusão do trabalhador rural. Com o tempo, o Pronaf passou a direcionar maiores recursos para camponeses melhor estruturados economicamente, com isso, aquela classe mais pobre de camponês e assentados foram deixados de escanteio, o que resultou na diminuição no número de pessoas que estão vinculadas ou

acessam o programa, ademais, a região sul do país é a região que mais recebe recursos do Pronaf.

Mais uma vez, Catia Grisa analisando o programa de financiamento de crédito rural vai dizer que:

Os dados sobre os cultivos financiados pelo crédito de custeio para lavouras confirmam, em parte, este viés produtivista do Pronaf. Ao analisarmos o crédito de custeio agrícola para todo o país, observamos que os principais produtos de lavoura financiados no período de 1999 a 2012 foram milho, soja, café e fumo. O milho e a soja respondem desde 2001 por mais de 50% dos recursos aplicados no custeio de lavouras. Se somado os recursos aplicados no café, este valor atinge cerca de 70% dos recursos aplicados no custeio de lavouras. Apesar de o milho ser o principal cultivo do Pronaf, ele tem perdido participação relativa, assim como fumo, feijão, mandioca e arroz. Por sua vez, a soja tem acrescido sua participação desde 2005, respondendo em 2012 por 27,3% do crédito de custeio do Pronaf. Cabe destacar que o financiamento do custeio da soja tem crescido em um ritmo superior ao custeio agrícola total do Pronaf e ao custeio agrícola do Sistema Nacional de Crédito Rural destinado à soja[...]. De modo geral, pode-se dizer que estes produtos (soja, milho e café), devido às suas características de produção e comercialização, restringem os ‘espaços de manobra’ das unidades familiares. Trata-se de lavouras geralmente associadas à monocultura, a escalas de produção, à crescente ‘externalização’ da atividade produtiva e à dependência das grandes empresas do sistema agroindustrial (Ploeg, 2008 apud Grisa, 2017, p. 297-298).

Aqui, sem dúvidas percebemos que também temos uma política focalizada no meio rural, o que em meu entendimento deveria ser universal para que possa atender a toda uma população rural que necessita de apoio estatal; e agora conseguimos identificar muito bem que essa política de crédito facilitado e com taxas menores tem seus “preferidos”, são aqueles que têm um melhor poder aquisitivo e desta forma se sobressaem sobre aquele trabalhador rural da faixa da pobreza, no mais, diferentes grupos sociais, seja quilombolas, indígenas, assentados, entre outros, recebem diferentes critérios para ser inseridos em políticas como estas.

Os agricultores familiares em situação de maior vulnerabilidade social ainda enfrentam dificuldades de acesso ao crédito. Compreende-se que estas unidades familiares defrontam-se com ‘múltiplas carências’ (Aquino et al., 2013) e que apenas mudanças institucionais no Pronaf não são suficientes para alterar este cenário. [...] Negar a disponibilização de crédito e de demais políticas agrícolas a este grupo significa limitar as estratégias de reprodução social dos mesmos e/ou mantê-los, talvez, subjugados a relações de dependência, subordinação e exploração clientelista (Búrigo, 2010). Disponibilizar apenas políticas sociais pode significar a reprodução das condições que geram a vulnerabilidade social. Sofrendo de múltiplas carências, este segmento necessita de um amplo conjunto de políticas públicas, incluindo políticas sociais, agrárias, agrícolas e de promoção de atividades não agrícolas (Grisa, 2017, p.299)

Ainda podemos citar vários outros problemas relacionados ao Pronaf. Muito dos pequenos camponeses têm dificuldades em acessar esse crédito rural pelo difícil acesso em determinadas regiões que se condicionam pela distância da zona rural até o centro urbano que atenda a esse tipo de demanda, pelas condições das estradas rurais bastante precárias e pela dificuldade das agências bancárias em diversificar seus termos de inserção ao avistar a polivalência da agricultura familiar, dificuldade em se aproximar, se articular e entender a demanda do trabalhador rural; a pouca quantidade de técnicos e a falta de capacitação desses próprios agentes, de programas como ATER, EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), por exemplo, também faz parte dos desafios dos camponeses, uma vez que esses atores estão inseridos nesse tipo de espaço para ajudar a promover o conhecimento dos agricultores, o desenvolvimento rural e a manutenção do trabalhador no campo, o que mostra uma falta de preparo, capacitação e organização dos próprios técnicos e do projeto. Percebe-se também “a falta de articulação entre projetos de crédito, assistência rural com projetos de comercialização (Grisa, 2017, p.300), o que dificulta o desenvolvimento deste setor e por fim, sabemos que foi tomado algumas medidas que estimulam a agricultura familiar da classe mais pobre, ao mesmo tempo que impulsionaram grupos mais favorecidos.

Com relação ao PAA, os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais são quase os mesmos do Pronaf, a diferença é que esse programa é muito mais direcionado para a agricultura familiar de base, sendo ele um programa de assistência e segurança alimentar. Grisa, (2017, p.302) cita alguns desses desafios:

Cabe destacar que estes grupos sociais específicos da agricultura familiar ainda encontram dificuldades para participar do Programa. Algumas destas dificuldades estão relacionadas a limitações estruturais a que estão sujeitos estes grupos, como falta de informação, ausência de documentação pessoal, ausência da DAP para ingressar no programa, falta de ou pouca terra (e, conseqüentemente, terras desgastadas), dificuldades organizacionais, limitações de infraestruturas (estradas, acesso a água, ausência de equipamentos e instrumentos de trabalho) etc.

Outra questão é o orçamento destinado ao PAA, com valores bem abaixo do que se espera, uma vez que os estabelecimentos agrícolas estão espalhados por todo o território nacional. Em “2012 foram destinados 840 milhões de reais ao programa para 180 mil estabelecimentos da agricultura familiar”. Segundo o censo agropecuário de 2006, havia cerca de 5.175.636 de estabelecimentos, e no último censo, realizado em 2017 esse número reduziu para 5.073.324; ou seja, 96% dos estabelecimentos agrícolas ficaram de fora desse montante.

Ainda temos a dificuldade de acesso tanto dos técnicos que possam estar indo até as localidades rurais para levar informação, capacitação; quanto pelos próprios camponeses que enfrentam grandes distâncias até os centros urbanos que detenham o auxílio que necessitam, a falta de transporte e as condições precárias das estradas como mencionado por Grisa anteriormente principalmente em períodos de chuva; em época de seca severa que provoca escassez de recursos hídricos; invisibilidade e exclusão do trabalho das mulheres no campo.

Com todas essas dificuldades, ainda temos as verbas destinadas a esses programas, as quais têm ficado cada vez menores e, dessa forma, tornando a agricultura familiar estagnada e inviável para os trabalhadores rurais, além de desinteressante para os jovens. Diante de toda essa problemática, veremos no capítulo 2 desta monografia que no município de Alto Rio Doce os obstáculos enfrentados pelos trabalhadores rurais são praticamente os mesmos contextualizados até aqui. Dificuldades que se materializam graças a um processo histórico profundo marcado por 322 anos de colonização (1500-1822); 388 anos de escravidão (1500-1888), que determinaram hoje a concentração fundiária, a exclusão e a marginalização da população negra e trabalhadora rural.

1.3. CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ALTO RIO DOCE

Alto Rio Doce é uma cidade pacata do interior mineiro. Por ficar em uma divisa entre regiões, algumas pessoas dizem que o município faz parte da mesorregião do Campo das Vertentes, mas há quem diga que está localizado na Zona da Mata. Com uma população de 10.891 habitantes, conforme o último Censo do IBGE, realizado em 2022, não foi divulgado, por esse último censo do IBGE, o quantitativo de pessoas que residiam na zona rural do município. O quantitativo que temos é o de 2010, em que residiam 7.089 pessoas na zona rural de uma população total de 12.159 habitantes. Por isso, a estimativa é de que ainda pouco mais da metade dessa população se encontre na zona rural do município; desse quantitativo populacional hoje, apenas 1.110 pessoas ocupam emprego formal na região.

Ali, mantêm-se costumes como o carnaval e a exposição agropecuária, que agitam a cidade e movimentam milhares de pessoas. Há festa da cachaça, no distrito de Abreus, e não podemos nos esquecer da clássica festa do padroeiro da cidade, a festa de São José. Não por acaso, até 1.890, a cidade recebia o nome de São José do Xopotó quando ainda era uma vila, onde chegaram os bandeirantes, os primeiros exploradores brancos da região. Foram eles, os mesmos exploradores que descobriram ouro e pedras preciosas em Itaverava e Guarapiranga

(Piranga) por volta do ano de 1.700; são eles os bandeirantes de Itaverava, grupo que se dividia pela região com a finalidade de examinar e explorar as terras.

Mas foi em 1759, que José Alves Maciel, “que era Caixa do Contrato da Mineração, recebeu pelo Governador Interino da Capitania, José Gomes Freire de Andrade a doação de uma sesmaria de terras” (Gonçalves, 1932, p.8), e foi assim que o agora proprietário das sesmarias ao lado de sua companheira, se estabeleceu às margens do Rio Xopotó. Segundo o autor, como descrito na procuração, José Alves Maciel tinha autoridade para fazer doações. E assim foi feita a doação de um pedaço de terra para construção de uma capela; era a Capela São José, reconstruída várias vezes ao longo dos anos por povos que foram escravizados na época. Foi a partir da construção da Capela que foram se estabelecendo na região novos habitantes e assim o Povoado passou a se chamar São José do Xopotó e dando origem ao município de Alto Rio Doce.

A base econômica do município hoje é a pecuária leiteira, mas também temos forte presença da cana de açúcar para a produção de cachaça, pois o município se destaca nacionalmente como um dos maiores produtores de cachaça do país. Também temos a queima de eucalipto para a produção de carvão e no meio disso tudo, a agricultura familiar, que luta para sobreviver.

Segundo o censo agropecuário de 2017, o município tinha 1.472 estabelecimentos agrícolas, sendo que 1.362 estabelecimentos são dos próprios proprietários, os demais pertencem a arrendatários, comodatários, ocupantes e produtores sem área.

A esmagadora maioria dos produtores rurais é do sexo masculino, com idade entre 35 e 75 anos. Em relação a cor ou raça, 1.099 representantes de cada estabelecimento se declararam brancos, 94 se declararam pretos, 2 se declararam amarela e 277 se declararam pardos. Dessas pessoas, 56 eram graduadas e apenas 6 tinham mestrado ou doutorado, o que evidencia a baixa escolaridade dessas pessoas em anos anteriores. Ainda de acordo com o censo agro, 1.386 pessoas disseram que não recebem assistência técnica.

Algo que chama muita atenção, a maioria da população de Alto Rio Doce se considera parda (5.097 pessoas) e como vimos agora apenas 277 pessoas consideradas pardas estão em estabelecimentos agrícolas; do mesmo modo são as pessoas que se consideram pretas em toda cidade (797 pessoas), desse quantitativo temos apenas 94 pessoas nos estabelecimentos agrícolas, o que mostra que muitas dessas pessoas pardas e pretas não tem um estabelecimento agrícola.

Analisando os dados, vemos o quanto que há marcas da colonização no município, mostra o envelhecimento da população do campo, a desigualdade social e étnico-racial,

deixando em evidência que a concentração fundiária no Brasil excluiu a população negra de ter acesso a terra;

Em relação à escolaridade, atualmente ela melhorou muito, pois de acordo com os dados do IBGE de 2022, a taxa de escolarização entre crianças de 6 a 14 anos de idade é de 99,07%. Porém, os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam uma baixa escolaridade entre os trabalhadores rurais. Essa limitação dificulta o acesso à qualificação profissional e ao conhecimento técnico, inviabilizando melhores oportunidades de trabalho e o desenvolvimento agrícola.

Os principais produtos e cultivos do município em relação a agricultura familiar são criação de gado leiteiro, suínos, galináceos, milho, feijão, banana, laranja, cana de açúcar, mandioca, inhame, ovos e todos os tipos de hortaliças, ainda temos um pouco de produção de café, queijo, abóbora, amendoim, pimenta, mel e a produção de quitandas como bolos, rosquinhas, rosca doce, broas. A grande maioria desses agricultores não possui trator, máquinas agrícolas; com isso, geralmente o preparo da terra e as plantações, da horta do pequeno produtor rural é feita na mão, com uso de enxadas, enxadões e pá; quando necessitam de aração da terra, ela é feita por tração animal e na melhor das hipóteses acontece pela contratação particular de um tratorista ou solicitação de apoio das políticas públicas e programas de incentivo agrícola e de crédito rural como o Pronaf. Em entrevista feita com o responsável pela Emater no município, identificamos que no município há duas associações e duas feiras-livre da agricultura familiar onde é comercializada a maioria desses produtos citados acima.

Como a cartografia mineira da comarca de Alto Rio Doce (1.896) conta, o município se situa em regiões montanhosas, a 54 km de Barbacena, próximo a Serra da Mantiqueira e é rota da estrada real e reconhecida como circuito hidrográfico da bacia do rio doce. De acordo com a cartografia, naquela época havia uma vasta flora e fauna na região, árvores como o cedro, jacarandá, canela; animais silvestres, jaguatiricas, veados, jacarés; plantas e animais que não vemos mais nos dias atuais.

O reino mineral é pouco conhecido neste município, mas sabe-se que existem certos metais como ouro no Rio de Xopotó e nos distritos. A pedra de sabão, muito útil para diversos trabalhos de arte, há excelentes pedras de construção e uma especial que é utilizada para os moinhos [...], temos também outras plantas nativas o anil, a canuna, o próprio café, as Laranjeiras enfim as nossas riquezas naturais são sem rivaes e fazem necessárias e urgentíssimas a exploração e iniciativa, pois parece-me que há muito desânimo ósseo e falta de estímulo, não só para o desenvolvimento industrial como também para prosperidade do lugar (Werneck, 1896, p.114).

Em relação à agricultura da região, até a data em que a cartografia foi escrita, Werneck (1.896, p.114) aponta que a terra era “estupenda, propícia para o cultivo de cana, milho, feijão, arroz, mandioca, batatas, café, fumo, vinho em pequena escala, algodão, etc.” No entanto, o problema que ocorria era do desmatamento e queima da flora para a produção da agricultura e pecuária; o autor conta das fazendas improdutivas, algumas com mais de 200 hectare e que os fazendeiros não deixavam ninguém cultivá-las, corroborando com a pobreza e a fome da população. Ainda de acordo com o autor, o cultivo do arroz diminuiu naquele tempo por conta do clima, mas que até 1.890 exportava-se arroz em abundância; o café também não era produzido em larga escala pelas mesmas condições de clima, e também pela dificuldade da colheita; já o feijão segundo o autor era vendido barato quando estava em períodos de abundância para mercados próximos, porém com o tempo ele vinha a estragar e o valor do produto abaixava.

A cana de açúcar, que segundo o autor era a mais desenvolvida, sendo usada para a produção da cachaça, era vendida nos mercados de outras cidades próximas. Porém o que mais nos chama atenção é que essa cana de açúcar também era usada para produzir rapadura e açúcar para o consumo local. Isso é curioso, pois sabemos que o açúcar era produzido principalmente no nordeste do país para ser exportado para a Europa. Segundo Werneck (1.896), não havia ferrovias próximas a cidade e por isso havia uma dificuldade em exportar o que era produzido no município para outras regiões e países. E por fim, ainda tinha a produção do trigo, mas que acabava não vingando com as pragas; o transporte de produtos até o comércio muitas vezes era feito em carros de boi ou em mulas.

Veremos agora uma descrição elitista e discriminatória para com ex-escravizados feita por Werneck, que configura exatamente o pensamento elitista e discriminatório do pós-abolição, mas que infelizmente é um discurso que ainda vemos a todo momento nos dias atuais.

Os libertos são os melhores trabalhadores porém inconstantes. A classe que se diz livre, foge da lavoura; procura de preferência outro meio menos trabalhoso. As parcelas de pouco resultado São ponto e, pois, além de ambição de alguns fazendeiros entra o ódio e a pouca vontade do arrendante. Outro mal que nos persegue também é a imigração para a mata por ocasião da apanha do café que desorganiza-se o trabalho aqui, e deslocam-se talvez umas três mil pessoas. A câmara municipal impôs exagerado tributo sobre os agentes dessa imigração mas foi isso sem resultado. Em outros tempos, os preços dos produtos da lavoura eram pela terceira parte dos que correm hoje (Werneck, 1896, p.117).

O trecho em questão ilustra a mentalidade da elite agroexportadora no período pós-Abolição. O autor classifica as pessoas ex-escravizadas como "melhores trabalhadores porém

inconstantes" e lamenta que a "classe que se diz livre foge da lavoura", como se o trabalhador negro fosse preguiçoso e instável. Na verdade o que esse autor faz é mascarar a permanência de estruturas de exploração coloniais, culpabilizando a população recém-liberta por recusar condições de trabalho analogas a escravidão. Ademais, o autor mostra que a oligarquia agrária que como bem vimos anteriormente, tinha total domínio sobre a política, e usou desse poder por meio da câmara municipal para criminalizar e taxar como uma forma de punir os negros que escapavam para não ser explorados pela elite agrária.

Ainda de acordo com o autor, a população era de aproximadamente 21.000 pessoas, esse grande contingente muito provavelmente ocorreu pelo fato de que a extensão territorial era maior, pois a cidade era composta por alguns distritos que hoje são cidades independentes. A área territorial do município hoje é de 518,053 km².

Através dessa cartografia, observamos algumas das características do município em meados de 1890 e com base nos dados do IBGE, censo agropecuário e observações feitas por mim como oriundo da cidade, verificamos as particularidades do município nos dias atuais.

Identificamos que a base econômica do município é a agropecuária, com destaque para a produção de leite; cana-de-açúcar para subsídio da pecuária e da cachaça; milho e feijão. De acordo com o Caravela dados e estatísticas (2026) "a agropecuária corresponde à 38,4% do valor econômico gerado na cidade; e o setor de emprego formal que mais emprega é o de administração pública do município; seguido do comércio varejista".

Temos a agricultura familiar, mas que como em todo lugar, enfrenta muitos desafios e com isso ela gera apenas uma renda complementar, portanto muitos dos camponeses trabalham em outras frentes, com o trabalho autônomo além da agricultura. Em relação ao eucalipto, desfrutam desse segmento apenas pessoas com um pouco melhor de poder aquisitivo.

De acordo com os dados do IBGE (2022), o PIB per capita do município é de 20,5 mil sendo que a média de renda mensal por pessoa no município é de 323,95 reais, um valor muito inferior à média do estado. Sem dúvidas é um dado preocupante, e ocorre pelo fato de ser um município em que predominam as pequenas e médias propriedades rurais, organizadas pelo trabalho familiar e que vivem da agropecuária; não há existência de um polo industrial na cidade ou próximo a ela.

Dados do censo agro de 2017 indicam que os estabelecimentos agropecuários no município ocupam hoje 29.231 hectares, com um total de 1.472 estabelecimentos. Ainda de acordo com a tabela da estrutura fundiária de Alto Rio Doce feita pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) (2018), no município temos 145 imóveis com mais de 0 ou menos de 1 hectare; e 1.566 imóveis mais de 0 e menor que 0,5 módulos fiscais.

Os dados indicam que a terra em Alto Rio Doce é fragmentada, os dados nos apontam que muitas pessoas não possuem um espaço territorial adequado para poder trabalhar com a terra e por isso a maioria do que é plantado é para a própria sobrevivência no campo.

Há poucos proprietários com capacidade de acumulação de algum capital, são eles alguns donos de supermercado, silvicultores, donos de grandes fazendas e produtores de cachaça variadas, que são comercializadas nacionalmente.

A produção da agricultura familiar na grande maioria das vezes usa a mão de obra familiar, sendo que, para aqueles agricultores que estão inseridos em associações ou feiras, parte da produção é para venda e parte é para o próprio sustento, mantendo uma grande variedade produtiva em pequenas lavouras.

Por fim, a cidade de Alto Rio Doce não foi impactada diretamente pelo rompimento da barragem de Mariana, mas como o município é banhado por rios como o rio xopotó, que é um das cabeceiras importantes que compõem a bacia hidrográfica do vale do rio doce, no ano de 2.024 a cidade foi incluída na lista do novo acordo do rio doce onde poderá receber recursos gradativos ao longo de 20 anos voltados para conservação do meio ambiente, focando também no produtor rural.

Portanto, como podemos observar, Alto Rio Doce é um município que tem um relevo bastante montanhoso, com uma estrutura fundiária muito fragmentada; o que impede um melhor desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que não há espaço para plantação em larga escala em muitos estabelecimentos.

Também identificamos que o município não está isolado do processo histórico colonial e escravista em que o Brasil viveu, uma vez que a cidade compartilha destas mesmas ocorrências estruturais, que atualmente desencadearam vários outros problemas como a dificuldade de acesso à terra, à programas de subsídios e fomentos rurais, entre vários outros desafios que veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2- DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ALTO RIO DOCE

2.1- PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO, QUAIS SÃO OS AGENTES E COMO ATUAM

Dos programas que temos no município de Alto Rio Doce voltados para a agricultura familiar estão entre eles o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), um programa do governo que consiste na compra de alimentos destinados à rede de ensino escolar no âmbito federal, estadual e municipal, além de entidades filantrópicas. O repasse se dá por meio do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), que é o órgão responsável e fiscalizador do PNAE.

Além de ser fundamental para o desenvolvimento e segurança alimentar de crianças e jovens nas escolas, o programa também é muito importante para o desenvolvimento da agricultura familiar local. De acordo com o Art. 14 da Lei nº 11.947/2009, 30% dos recursos destinados ao PNAE devem ser investidos diretamente na compra de produtos da agricultura familiar, incluindo os assentados da reforma agrária, comunidades quilombolas e indígenas. De acordo com as consultas gerais do FNDE, de fevereiro a dezembro de 2025 foi repassado a Prefeitura Municipal de Alto Rio Doce 110.898,00 reais destinados à compra de alimentos do PNAE; considerando que mais da metade da população do município se encontra na zona rural e mesmo não havendo um grande contingente de famílias que participam do programa, acreditamos que ainda assim esse valor é muito pequeno para o desenvolvimento da agricultura familiar local.

Se beneficiam deste programa os estudantes da rede pública e filantrópica, os fornecedores dos produtos em ordem de prioridade sendo eles em primeiro os grupos quilombolas e comunidades indígenas, agricultores familiares e por fim as empresas de comércio. Participam também desse processo a Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação, a Prefeitura Municipal e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Ademais, a alimentação escolar no município é fiscalizada pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE) onde acompanham a compra dos alimentos, a distribuição e o preparo nas escolas.

Outro programa que temos no município onde participam os camponeses é o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), política federal também destinada a compra de alimentos da agricultura familiar. Esses alimentos são destinados a serviços socioassistenciais

e doados para pessoas em situação de vulnerabilidade social; dentre esses destinatários estão também as entidades filantrópicas e de ensino, entidades públicas, de saúde como os hospitais e equipamentos como os restaurantes populares e as cozinhas comunitárias, ainda tem os bancos de estocagem alimentícia para condições adversas.

Esse programa é um grande estimulante da agricultura familiar local, “criado inicialmente pelo art. 19 da Lei nº 10.696/2003, e instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, e regulamentado pelo Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023” (MDA, acesso em 12 jul. 2026), o programa é amparado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e recebe recursos através do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Tanto no PNAE, quanto no PAA, o produtor rural deve ter o seu cadastro nacional da agricultura familiar (CAF) ou a declaração de aptidão ao Pronaf (DAP) ativo, para que assim ele possa participar dos programas. Adicionalmente, a aquisição do contrato do programa com o agricultor rural ou organização em que ele está inserido acontece por meio de chamamento público mediante dispensa de licitação, nos dois programas.

Em tempo, é importante mencionarmos que segundo a resolução CD/FNDE (Conselho Deliberativo do Fundo Nacional da Educação) nº 04/2015, o preço dos produtos são definidos pela prefeitura dos municípios depois de ser averiguada pela própria prefeitura o valor desses produtos no comércio local; assim, o preço deste produto não será maior do que os alimentos comercializados pelo mercado. Outrossim, cada produtor rural tem um teto de ganhos estabelecido em cada um dos programas. Esse limite de ganho no PAA como descrito em seu site, se modifica de acordo com a modalidade do programa que se compõe de três modalidades, são elas: A compra com doação simultânea, compradas pelo governo, que é quando o alimento vai direto para organizações sociais e de assistência social como o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), o valor recebido por família nessa modalidade é de até 15.000 reais por ano; temos a compra institucional, é quando esse alimento é comprado por hospitais e universidades sendo usados os próprios recursos da instituição com um valor de até 30.000 reais por família no ano; por fim temos o PAA leite, onde o valor de teto ganho por família desse produto é definido pelas organizações locais. Esses dados, como já mencionado, são do site do PAA, porém com a entrevista que fizemos com alguns agricultores do município de Alto Rio Doce, identificamos que os valores repassados a esses agricultores é muito menor do que é colocado pelo programa.

É de certo que devemos levar em conta que o cálculo de compra de alimentos dos dois programas estão baseados na quantidade de pessoas que são contempladas por esses programas.

Na escola, por exemplo, é feita uma contagem de alunos que estavam matriculados no ano anterior e a partir desse levantamento é que se tem o cálculo da quantidade investida no ano. Em Alto Rio Doce, por se tratar de um município pequeno, com baixa densidade demográfica, o número de alunos também será menor, o número de serviço socioassistencial e de OSCs (organização da sociedade civil) também é menor, o que leva a um investimento muito pequeno na compra de alimentos da agricultura familiar.

O município também conta com o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que em teoria é um programa voltado para linhas de crédito rural mais acessíveis para os pequenos camponês. A execução desse programa acontece por meio de instituições bancárias parceiras como no caso do SICOOB no município.

Para o produtor rural acessar este programa na cidade de Alto Rio Doce, primeiro ele deve ter o seu CAF ativo, também deve ter em mãos o Cadastro Ambiental Rural - CAR; documentos pessoais e o documento de propriedade ou posse do imóvel. Com isso, esse produtor deve ir até a secretaria de agricultura municipal e pedir uma análise de crédito para aquilo que ele deseja.

Posteriormente será preciso elaborar um projeto técnico, a organização deste projeto técnico e a documentação são auxiliados pelo técnico da EMATER, esse projeto é imprescindível para que se saiba a viabilidade daquilo que o produtor quer fazer em sua propriedade.

O PRONAF é um financiamento, ele é um programa do governo para financiar e incentivar o produtor familiar a investir na propriedade. E quando você vai fazer esse Pronaf, você vai lá no banco e fala: _ O, quero comprar um trator; aí eles vão pedir para um técnico fazer um projeto para mostrar a viabilidade desse trator na propriedade da pessoa. Aí esse projeto geralmente a gente faz também.

(Victor, técnico da EMATER)

Quando perguntado sobre como funciona o acesso ao Pronaf no município e quais as condições para ter esse acesso, segundo ele.

O Pronaf eu não vou falar que é um crédito facilitado, mas ele é como se diz; o Pronaf é só para o agricultor familiar né e dentro dele você consegue financiar várias coisas diferentes e aí dentro dele a gente tem duas modalidades. Tem uma que é de investimento e tem uma que é de custeio. E aí os investimentos são para coisas mais duráveis, de curso maior e aí você tem o custeio maior para você pagar e aí você tem literalmente os custeios que é para você puxar a sua produção de imediato. E aí geralmente você tem de 1 ano a 20 meses para pagar dependendo da atividade” (Victor).

Depois, perguntei a ele sobre o acesso aos créditos rurais, quem poderia acessá-los e como é feito esse acesso.

Todo mundo que tem CAF. Aí assim, o primeiro passo é ter a CAF, mas assim, vamos supor que a sua família tem uma renda de 30 mil por ano e você vai lá no banco querer financiar um trator de 250 mil, você tem a CAF não vai conseguir porque você não vai ter limite de crédito, tá. E tem outras questões também. Tem até uns casos bem específicos que é igual por exemplo você tentar plantar, vou fazer um financiamento para plantar uma maçã que ela precisa de frio extremo aqui em Alto Rio Doce, você não vai conseguir por que não tem como produzir ela aqui então você não vai conseguir., então tem umas coisas assim também”.

O PRONAF é gerido, planejado pelo governo federal por meio do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar); é regulamentado financeiramente pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), sendo executado pelo Banco Central do Brasil, que é o órgão que vai estabelecer as regras de linha de crédito e das taxas de juros; O principal financiador é o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), mas também recebe o repasse de recursos de depósito de poupança rural, fundos constitucionais e o título de renda fixa como o LCA (Letra de Crédito do Agronegócio).

O crédito rural foi institucionalizado pela Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965. Durante 30 anos, sua gestão coube ao Banco do Brasil, por meio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. Em 1965, o assunto passou à responsabilidade do Conselho Monetário Nacional (CMN), com a implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). As normas sobre o crédito rural são aprovadas pelo CMN. O Banco Central faz parte desse órgão e auxilia na tomada de decisão sobre o crédito rural. As instituições financeiras seguem essas normas e as colocam em prática no dia a dia com seus clientes. Existe fiscalização de todo o processo, por determinação legal. Por isso, o BC verifica junto às instituições financeiras se a liberação do dinheiro e o seu uso estão de acordo com as normas publicadas, dentre outras providências.

(Banco Central do Brasil, acesso em 20 de jun. 2026)

Ainda de acordo com o Banco Central, as modalidades do crédito rural são o crédito de custeio; crédito de investimento; crédito de comercialização e crédito de industrialização. Há linhas de crédito voltadas para as mulheres e para os jovens como forma de incentivar os mais novos a se manterem no campo. Temos também uma linha de crédito voltada para agricultores assentados da reforma agrária, é a linha A/C; e uma linha para os produtores mais pobres do campo, com uma menor taxa de juros de 0,5% a.a, denominada de pronaf microcrédito ou

proraf de grupo B entre várias outras modalidades e linhas de crédito. Por fim, o território familiar deve ser de no máximo 4 módulos fiscais e a renda anual da família não pode exceder os 500 mil reais nos últimos doze meses para que possam estar sendo aceitos nesse programa de crédito rural.

De acordo com o técnico da EMATER, o município também conta com uma política pública denominada de patrulha mecanizada, sendo ela a principal política realizada pela secretaria municipal de agricultura do município.

A principal delas aqui que eu acho é a patrulha mecanizada, que você tem a prestação de serviço de trator com o custo que é praticamente a metade do custo comercial hoje dentro do município. É aquele negócio né, como se diz, claro que você vai agradar uns, desagradar outros por que você não consegue atender todo mundo, mas tem o serviço aqui e consegue atender até bastante gente (Victor).

Geralmente esse serviço é usado para nivelamento do solo, aração, gradeação entre outras finalidades.

Como já vínhamos mencionando, o município de Alto Rio Doce conta com os serviços da EMATER, empresa executora das políticas da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural). São atendidos pela EMATER pequenos e médios produtores rurais, os quais recebem assistência técnica, orientações de cultivo da produção, serviços de educação e capacitação de agricultores familiares que promovem uma agricultura sustentável.

Também a o auxílio na comercialização da produção e promoção de tecnologias agrícolas; essa política também é coordenada pelo MDA. Algumas dessas capacitações são realizadas em conjunto com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), instituição pertencente à FAEMG (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais. Pelo o que pude apurar, são cursos profissionalizantes que acontecem de forma gratuita para o aluno, mas que dependem da contribuição do produtor rural, porém são realizados tanto a distância com as plataformas digitais, quanto presencial onde ocorrem em grandes fazendas ou espaços municipais. A sede da entidade em Minas Gerais fica em Belo Horizonte e ela se divide em apenas 10 cidades mineiras em escritórios regionais; o que pode dificultar o acesso para camponeses de baixa renda, sem falar que são cursos que são realizados de forma temporária. O SENAR aplica alguns de seus cursos também em parceria com o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), sendo efetuado em colaboração também pelo MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária), MEC (Ministério da Educação) e Institutos Federais.

Conforme mencionado pelo técnico da EMATER de Alto Rio Doce, a EMATER no município é responsável pelo CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e pela elaboração do projeto técnico que viabiliza o produtor rural a ter acesso ao PRONAF. Quando perguntado quais são os tipos de apoio técnico oferecido aos agricultores, ele responde.

Orientações sobre amostragem do solo; correção do solo; melhoramento genético; bem estar animal; questões de reprodução; dependendo a parte ambiental também, por exemplo como as orientações sobre CAR, dispensa de licenciamento, curva de nível; questões de saneamento rural se for de interesse das pessoas, eles tem modelo da TVAP, que para o saneamento da casa na roça, que é tipo uma fossa biodigestora, é ela não é uma fossa biodigestora porque é uma fossa própria para o tratamento de esgoto doméstico. Na parte de produção e orientação geralmente para combate de pragas e doenças, geralmente a gente passa por causas alternativas (Victor).

A EMATER também tem realizado um trabalho que promove a manutenção do jovem no campo, como o caso do programa Futuro no Campo

A EMATER criou um programa que chama futuro no campo e aí tiveram várias agendas que foram trabalhadas dentro dele pensando essa questão de incentivar esse jovem que está ficando. Uma dessas ações tiveram alguns projetos lá que foram doados por exemplo notebook para esse jovem para ele ajudar na gestão da propriedade, é tanto na agricultura de leite quanto agricultura; teve um outro projeto que deu e ainda vai dar por que ainda está acontecendo, é insumos para o jovem fazer uma pequena unidade de produção na propriedade dele ali e capacitação também tá. É tem esse programa que se você quiser dar uma olhadinha lá no site da EMATER MG depois, tem ele lá, o edital que foi feito, chama futuro no campo. (Victor)

Depois, perguntei ao técnico da EMATER quais eram as pretensões da empresa e o planejamento para o município e a agricultura familiar de Alto Rio Doce.

Aaa isso aí eu não sei dizer tá, assim, eu posso falar o planejamento de trabalho que eu tenho aqui, o da EMATER já não vai dar mesmo. De planejamento eu tenho um cronograma de atividades aqui, é algumas já foram feitas esse ano, outras ainda estão para serem feitas; mas entre elas a gente já fez esse ano o dia de campo sobre sistema de plantio direto e planta de cobertura; é semana que passou agora a gente fez alguns encontros nas comunidades aí falando sobre CAF né que é o que dá direito aos agricultores familiares acessarem as políticas públicas, orientando sobre crédito rural e PNAE também, cargo que a gente citou. É a gente tá pensando em fazer também um dia de campo limpo que é fazer recolhimento de embalagem de agrotóxico; é penso em fazer ainda esse ano o dia de campo voltado só para pecuária de leite e a gente tá aí na exposição do torneio leiteiro, durante a exposição a gente sempre acompanha as pesagens; quero trazer umas palestras também sobre pecuária de leite (Victor).

Junto da EMATER no município também temos a presença de um técnico do IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária). O IMA fica responsável pela parte do bem-estar animal e vegetal; inspeciona e certifica a produção . Porém, pelo o que verificamos no próprio site do IMA, essa organização está mais voltada ao setor agroindustrial, mantendo apenas um pequeno recorte de suas ações para o pequeno produtor rural. Como no município de Alto Rio Doce não à grande presença do agronegócio como em outros locais do país, vemos que o papel do IMA está mais centrado na pecuária; tanto para gado de leite, quanto para gado de corte; pois é constantemente realizada assistência técnica para com as inseminações, vacinas e atendimentos veterinário com os animais, auxiliando também no controle de pragas e doenças. Sabemos também que está sendo realizado um trabalho de melhoramento genético em parceria com o SEBRAE.

O agricultor familiar encontra todos esses órgãos em um mesmo espaço da cidade, pois todos estão situados na secretaria municipal de agricultura, pecuária, pesca e abastecimento, o que melhora o acesso dos produtores rurais com os programas e políticas públicas voltadas para a agricultura. Sobre o propósito da secretaria municipal, em seu site diz.

Tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais relativas ao fomento e ao desenvolvimento das atividades produtivas rurais e o bem-estar da sua população, promovendo o bom aproveitamento dos recursos naturais renováveis e coordenando a política municipal de abastecimento alimentar. (Prefeitura de Alto Rio Doce, acesso em: 20 de jun. 2026)

Em relação aos órgãos do município voltados ao trabalhador rural, por fim temos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Rio Doce, no qual tive a oportunidade de entrevistar o Presidente deste sindicato. Segundo ele, o sindicato está atribuído à “organização do trabalhador rural e da agricultura familiar”. Perguntei a ele qual a quantidade de trabalhadores rurais estavam inseridos no sindicato e quais eram as demandas e acesso dos trabalhadores.

Uns 5.320 por aí, para se filiar ao sindicato você tem que ser trabalhador rural, pequeno proprietário ou então meeiro com contrato de parceria, que é um contrato que faz com o patrão de parceria. Por exemplo, o patrão dá a terra e a semente e o cara planta e fica com 50%. [...] Tem o benefício previdenciário que é a aposentadoria, auxílio doença, salário maternidade, compra de adubo em conjunto bem mais barato do que no comércio, serviço de aração com trator com o preço acessível bem mais barato do que o do comércio também. Tem serviços de saúde pois conta com ginecologista e cardiologista. Direito à saúde também. Ortopedista, oftalmologista. (Paulo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores)

O que nos chama bastante atenção é o número de pessoas filiadas ao sindicato, praticamente metade da população do município, o que corrobora com isso são os dados do último censo agro que indica que um pouco mais da população da cidade se encontra na zona rural. Porém um ponto de atenção que devemos ter é o fato de que apenas 140 CAF estavam ativos no município, com um pouco mais de 300 pessoas sendo assistidas no município pelos técnicos da secretaria de agricultura. Ou seja, temos poucos produtores rurais acessando os canais que fomentam as políticas públicas voltadas à agropecuária, principalmente daqueles que trabalham com a agricultura familiar de subsistência. Relaciono isso também com o fato de que o principal setor agrícola do município é o setor leiteiro, onde temos a maioria dos estabelecimentos agrícolas.

Por fim, os principais atores da agricultura familiar, são eles os camponeses. Pelo o que obtive conhecimento, existem no município duas associações de agricultores familiares; uma situada em Arcoverde e a outra em Vitorinos, zona rural do município. A grande maioria desses pequenos agricultores das associações, participam dos programas PAA e PNAE.

Também temos no município duas feira livre, uma realizada dentro do espaço urbano da cidade de Alto Rio Doce e a outra em Vitorinos. É extensa a variedade produtiva realizada por esses agricultores com vários tipos de hortaliças, verduras, legumes, frutas, produtos como mel, café, milho, queijo, quitandas que só de imaginar já nos dão água na boca e muito mais.

Esses agricultores recorrem à agricultura familiar apenas para que ela seja um complemento de suas rendas, já que somente com esse segmento não daria para se mante-lós. Com isso, o trabalho no campo se torna redobrado já que em muitos casos a maior fonte de renda desses produtores vem da uma aposentadoria, vem da produção do leite ou de trabalhos informais do campo. Muitas pessoas de baixa renda da zona rural trabalham como diaristas do campo, pois não tem um vínculo empregatício fixo em apenas em uma propriedade e com isso realizam serviços avulsos como capina, plantação, colheita, bateção de pasto, etc. Alguns até tem um trabalho fixo em uma propriedade como é o trabalho do retireiro ou ordenhador, porém em sua grande maioria todos esses trabalhadores rurais que prestam esse tipo de serviço não detém de nenhum amparo social e legislativo por não ter a carteira de trabalho assinada; a remuneração desse trabalhador é combinada com aquele que o contratou ou é fixada o valor da diária; são elementos que os tornam ainda mais vulneráveis.

O trabalho desse produtor rural além de árduo e cansativo, também é precário; muitos trabalham todos os dias da semana, aos domingos e feriados; seja debaixo de sol escaldante ou chuva intensa, ele está sempre lá. E é esse trabalhador rural que mantém o país abastecido, o alimento na mesa de bilhões de pessoas não só no Brasil, mas no mundo inteiro.

Com esse tópico, podemos identificar alguns dos importantes atores dessa cadeia produtiva do município de Alto Rio Doce; pois sim, tudo e todos inseridos nesse ambiente rural são essenciais para a agricultura familiar, desde as políticas e organizações públicas destinadas à tentativa de impulsionar o trabalho rural; perpassando sobre os agentes dos serviços públicos como os técnicos rurais, trabalhadores das secretarias de educação, agricultura; até chegar aos produtores rurais. Porém precisamos de muito mais que isso, precisamos de mais políticas de assistência rural, com mais técnicos no campo; políticas que promovam a venda do produto do campo; políticas de garantias trabalhistas no campo; precisamos de mais tecnologias agrícolas; e que todas essas políticas sejam acessíveis ao pequeno produtor rural. Tudo isso para que possamos impulsionar a agricultura familiar; pois a muitos desafios como vimos no cap 1 em um âmbito nacional e veremos agora nesse segundo subtítulo do cap 2 como esses desafios estão inseridos em Alto Rio doce perante as características do município, mas trazer algumas ideias, perspectivas que podem ajudar a potencializar a agricultura familiar de uma pequena cidade do interior mineiro.

2.2 - QUAIS SÃO AS POTENCIALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ALTO RIO DOCE? PERSPECTIVAS FUTURAS E O QUE PODE SER MELHORADO PERANTE OS DESAFIOS DO MUNICÍPIO.

No primeiro capítulo desta monografia observamos os desafios das políticas públicas agrícolas, da agricultura familiar e de seus camponeses em nosso país, a maioria estruturais por consequência de um passado recente assombroso de nossa história, os obstáculos que percorrem a agricultura familiar de Alto Rio Doce também são praticamente os mesmos, o que pode diferenciar um pouco esses desafios são as características da região como o clima tropical e o relevo montanhoso. Por isso, antes de entrarmos nas perspectivas futuras e o que pode melhorar na agricultura familiar, faremos esse breve registro dos desafios do município através de observações feitas por mim que aqui redijo como alguém pertencente a região e por meio de entrevistas que realizei com os agricultores familiares da região.

Assim, tendo essa compreensão das dificuldades do município, certamente podemos pensar com mais clareza os melhores passos a se fazer que possam contribuir com a agricultura e o produtor rural.

Sem sombras de dúvidas, uma das dificuldades da região é o mercado de venda de produtos da agricultura familiar e a concorrência com o mercado comercial de hortifruti. Primeiro por se tratar de uma cidade de poucos habitantes, e ser uma cidade distante dos grandes

pólos urbanos já é um dificultador. O maior centro urbano próximo ao município de Alto Rio Doce está a quase 60 km que é a cidade de Barbacena, todos os municípios próximos a Alto Rio Doce são menores ainda, tanto popularmente, quanto geograficamente; ou seja, é um município isolado, o que dificulta o escoamento da produção.

Ainda segundo alguns agricultores entrevistados, as pessoas não dão valor ao produto rural e orgânico, preferem os alimentos cheios de agrotóxicos vendidos nos supermercados da cidade. Esse não reconhecimento da produção de alimentos da agricultura familiar se torna uma concorrência desleal, o que dificulta também na venda deste produto.

Vejamos agora o que dizem alguns agricultores familiares do município sobre a dificuldade de vender os produtos de suas propriedades.

Muita, às vezes as pessoas não compram, às vezes acham lá na feira um produto bonito e só como com os olhos; por que uma cabeça de alface deste tamanho (grande) só que não acaba levando; têm o tempo também né, chuva ou sol demais. Então tem essa dificuldade para produzir e as pessoas acham o produto ruim, outros não entendem que aquilo ali é um produto orgânico né, e só no esterco mesmo né.

Lá na cidade a gente sabe que tem um pé de alface bonito né, mas está cheio de agrotóxico; o produto natural a gente tem mais dificuldade para vender. [...] Não é que eu to falando demais não, mas ultimamente tá difícil mesmo, a gente leva as coisas e voltam tudo para trás.

Já foi boa a feira, no início né. Antes a gente tinha que plantar 800 pés de alface aqui, acabava um canteiro e já tinha que plantar outro pra poder girar, mas agora tá difícil e tem muita concorrência. Você viu a horta que o Paulo Renato fez ali, ali na saída, vai plantar muita coisa, vai plantar fruta para vender no supermercado. (Dona Maria, agricultura familiar da feira-livre)

“Tem época que sim, tem época que é bem difícil. A é por que o povo quase não procura também né, pouca gente, as pessoas não dão valor aos produtos da roça”. Disse outro agricultor familiar da feira-livre, o Sr Geraldo que trabalha com a produção agrícola para venda há 20 anos, sobre a dificuldade na venda dos produtos.

Quando perguntados sobre o que poderia melhorar na agricultura familiar, a maioria enfatizou essa dificuldade da venda dos alimentos. “Ajuda na melhoria do crescimento da associação, mais incentivo do Estado; pois as coisas da roça não tem valor, a pouca saída de alimentos”; disse dona Cida, agricultora familiar há pelo menos 15 anos e pertencente a uma associação do município que fornece alimentos para os programas PAA e PNAE.

“Como é que eu te respondo isso aí. Vender por si próprio eu não consigo, tem uma dificuldade sim. Se eu sair caçando alguém para comprar eu não acho ninguém não uai. Programa de venda, porque vende muito pouco. A gente prepara pra muito e vende pouco” Respondeu Inácio, agricultor familiar há 15 anos, também pertencente à associação dos

produtores rurais; indicando também a falta de programas que possam estar impulsionando a produção agrícola da agricultura familiar. Essa falta de políticas públicas que fomentem a agricultura familiar é mais um desafio que deve ser debatido; bem como também a falta de assistência técnica e dificuldade de acesso a essas políticas.

Acredito que o problema maior não seja nem a quantidade de programas e projetos em todo o Brasil hoje, o problema mesmo é a eficácia, pois não são políticas emancipadoras, são políticas que contribuem apenas com o mínimo do que o produtor rural precisa ou às vezes nem chega perto disso. São políticas feitas sem um bom orçamento, com isso o resultado será sempre o de manter como está, sendo realizadas apenas algumas manutenções que não modificam a base estrutural agrícola do país. Durante as entrevistas, também perguntei ao Victor, o funcionário da Emater se o orçamento era suficiente: “Olha, eu não sei, mas eu acho que é insuficiente se não daria para a gente fazer mais ações. Na verdade, a prefeitura assim nem tem um orçamento definido para a agricultura em si, então”. Uma frase que responde a muita coisa, o que esperar de uma agricultura que depende exclusivamente de ações do governo federal ou estadual não é mesmo; uma vez que os responsáveis legais pelo município deixam a agricultura familiar em terceiro, quarto plano.

Esse mesmo funcionário completa ainda: “Eu acredito que falta sim, eu acho que a gente poderia fazer vários tipos de projetos, vários tipos de trabalhos diferentes se a gente tivesse aqui mais uma pessoa trabalhando e se tivesse recursos para fazer certos projetos”. O que evidencia a falta de mais profissionais que possam dar assistência aos produtores rurais.

Perguntei aos agricultores familiares da região se eles estavam sendo acompanhados por técnicos agrícolas. Algumas pessoas disseram que sim; outras que não, que não sabia nem quem era o técnico do município; e outras pessoas disseram que às vezes recebiam visita técnica ou eram realizadas reuniões, mas que isso acontecia com pouca frequência. O que reforça a fala desse funcionário.

A dificuldade de acesso aos programas no município está ligada ao fato de ter poucos profissionais, o que faz com que esse profissional não chegue até o estabelecimento agrícola, faz com que cada vez menos famílias sejam assistidas e recebam assistência técnica; mas também está ligada às regras de alguns desses programas.

Só o fato de que para ter acesso aos programas o trabalhador rural precisa comprovar que detém terras em seu nome já é um enorme problema, uma vez que ainda existe muitos camponeses no município de Alto Rio Doce que trabalham em regime de parceria rural, ou *meeiro*; que é quando geralmente o proprietário da terra empresta à terra e os insumos ao camponês e esse camponês fica encarregado com a mão de obra para o plantio, manejo e

colheita. Sendo assim, o camponês recebe um percentual da produção combinado entre as partes. Mas o ponto é, como que esse camponês vai ter acesso a esses programas.

Outro problema relacionado à dificuldade de acesso, são os critérios desses programas; como no caso das linhas de crédito do PRONAF, um exemplo disso é o fato de que 50% da renda bruta familiar deve vir da agropecuária; o que o torna inviável para muitos agricultores também é o tempo de espera para ser contemplado pelo programa, o que pode acarretar no atraso do plantio da lavoura e prejudicar a produção; ou ainda, dos juros comprados de algumas linhas de crédito que também inviabiliza esse programa.

Com o PAA, por exemplo, o problema envolve o teto de ganhos máximo que um agricultor familiar pode ter estabelecido pelo programa, além da delonga para receber o pagamento dos alimentos vendidos.

Um outro ponto que dificulta não somente o acesso dos trabalhadores rurais, mas também o escoamento da produção são as estradas precárias da região; até hoje, todas as estradas vicinais que ligam a cidade até os povoados e distritos do município de Alto Rio Doce são estradas de terras que mesmo recebendo manutenção uma vez ou outra, ela não se mantém um bom estado de conservação; seja pelo tipo de solo mais argiloso, tráfego pesado e intenso, secas que provocam muita poeira e buraco ou a chuva que provoca grandes lamaçais.

Ainda temos os transportes públicos que em muitas localidades do município é realizado apenas uma vez no dia com um itinerário por exemplo de ida à cidade às 6h da manhã e a volta para a zona rural antes das 12h, e você ainda tem o tempo de deslocamento. Então o pouco tempo que essas pessoas têm com essa viagem também se torna, muitas vezes, inviável e dificulta o acesso. Sem contar que o transporte passa apenas na via principal da zona rural, então esse trabalhador que reside fora dessa rota tem que se deslocar longas distâncias a pé.

Ou seja, estamos falando de um território que tem 518 km², e a grande parte desse município não tem uma infraestrutura adequada e um transporte público decente.

Falando em infraestrutura, uma das reclamações que ouvi dos agricultores familiares que trabalham na feira livre da cidade é em relação às barracas da feira. Segundo eles, estas barracas foram doadas a eles por uma emenda parlamentar quando foi criada a primeira feira-livre no município no ano de 2013, porém de um certo tempo pra cá essas mesmas barracas estão sendo emprestadas por determinação da prefeitura da cidade para os agricultores de uma outra feira-livre da região de Vitorinos, distrito pertencente ao Alto Rio Doce. Essas barracas ao serem deslocadas estão se deteriorando, trazendo transtornos aos feirantes.

Um grande problema enfrentado pelo produtor rural é em relação ao valor dos produtos comercializados. Com essa dificuldade na venda da produção agrícola, intermediários

aproveitam da situação para oferecer aos produtores um valor bem abaixo daquilo que vale o produto e do que é esperado pelo camponês.

Todas essas dificuldades se somam com o trabalho precário do camponês que atualmente ainda precisa lidar com ferramentas antigas, sem contar com o uso de máquinas e equipamentos agrícolas; todas essas dificuldades somados a vida árdua do campo, o trabalho que geralmente é deixado dos pais para os filhos, um trabalho que não tem um plano de carreira, não gera um bom lucro, tudo isso vai fazer com que esses agricultores e principalmente os jovens dessas famílias, dessa comunidade não queira dar continuidade ao trabalho agrícola; diante dessas dificuldades estão todos perdendo o interesse; hoje a primeira coisa que o jovem vai pensar é em ir para a cidade a procura de um trabalho melhor, de uma condição de vida melhor, já que não existe uma educação agrícola e nem mesmo o plano de desenvolvimento da agricultura no município.

Dessa forma, com a desistência dessas pessoas na vida no campo e se mudando para os centros urbanos gera um outro desafio, que é a falta de mão de obra. E um outro fator que vai gerar essa falta de mão de obra é a diária paga a esse trabalhador que é muito pouco atrativa, já que muitos proprietários agrícolas não vivem em boas condições econômicas.

Por fim, um problema observado não apenas por mim, mais uma crítica feita também por alguns agricultores que se acrescenta a todos esses desafios já mencionados é de que a um certo comodismo, alienação por parte dos agricultores; pois eles não têm se organizado com frequência com o propósito de reivindicar algumas questões, alguns entraves que dificultam a vida e o desenvolvimento da agricultura no município. Sem querer de forma alguma culpabilizar o produtor rural, pois sabemos exatamente como se deu essa alienação da sociedade, com Estado burguês defendendo os interesses do capital.

Mas sabemos que seria importante essa união dos agricultores, e nada melhor do que ter o amparo sindicalista; por isso vejamos aqui o que disse o presidente do sindicato dos trabalhadores de Alto Rio Doce sobre o pouco incentivo do município na produção agrícola.

O município não dá assistência de nada; infelizmente os políticos são contra a organização do trabalhador pequeno. Porque se o pequeno se organizar, ele fica sabendo das coisas e então os políticos não vão ao poder. Então infelizmente todo político é contra o sindicato. [...] para impulsionar a agricultura, ela precisava mais do poder público participar; não fazer politicagem, fazer um projeto para agricultura que vá e que chegue no trabalhador né. (Paulo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Rio Doce)

Podemos notar que as dificuldades aqui encontradas no município de Alto Rio Doce atualmente não diferem muito do que já havíamos comentado anteriormente em um âmbito nacional. Porém com traços da região. Mas o que realmente não difere nesse ponto é o processo histórico que resulta nos problemas enfrentados pelos agricultores familiares hoje. Como a colonização, pois como vimos, o proprietário de toda essa região era um português que recebeu essas terras da mão da coroa portuguesa; temos evidências de que haviam povos escravizados nesta região, uma vez que foi através da escravização que foi construída a primeira capela da antiga cidade que recebia o nome de São José do Xopotó; posteriormente com a lei de terras, que impossibilitou pequenos camponeses e ex-escravizados a possuir um terreno, o que contribuiu com a marginalização da população negra e pobre, e tornando essa mesma população negra e pobre em mão de obra barata.

“O clima diversificado do Brasil revela uma agricultura variada tanto com produtos temperados, como tropicais” (FAO, 2015, p.7), o que explica algumas diferenças agrícolas de uma região para a outra. Por isso, devemos procurar possíveis soluções que ajudem a desenvolver a agricultura familiar levando em conta as peculiaridades do município de Alto Rio Doce, veremos que as perspectivas não são das melhores, mas ainda tem potencial evolutivo.

O crescimento permanece prejudicado pelas fraquezas estruturais na economia, o que inclui infraestrutura fraca, um sistema tributário oneroso, procedimentos administrativos burocráticos, baixo envolvimento em comércio internacional e baixos níveis de educação e competências. [...] As melhorias nessas áreas têm o potencial de elevar significativamente as perspectivas em médio prazo, tanto no crescimento agrícola sustentável, como também no desenvolvimento econômico de forma mais ampla (FAO, 2015, p.5).

Como é sabido por todos, o governo brasileiro, mesmo os que dizem estar ao lado do trabalhador, concentram seus investimentos no agronegócio. De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva destinou ao Plano Safra 2.025 / 2.026 um valor recorde de 516,2 bilhões de reais; Desse total, 447 bilhões de reais foram para grandes empreendimentos agropecuários; enquanto que a agricultura familiar junto de outros pequenos aportes recebeu 89 bilhões de reais. Vemos uma grande discrepância de investimentos, mas a pergunta que fica é, será mesmo que esse valor destinado a agricultura familiar é o suficiente?

No entanto, no primeiro Governo do Presidente Lula, também tivemos ótimas novidades como a ideia do programa Fome Zero em 2003; uma importante política pública que leva

alimentação de qualidade para as pessoas em situação de extrema pobreza, além de estimular a agricultura familiar.

Um dos principais destaques da economia brasileira na última década tem sido a redução acentuada da pobreza e da fome. O lançamento do Programa Fome Zero em 2003 contribuiu de forma significativa para combater esses problemas. O modelo adotado no Brasil representou um avanço, ao tornar a guerra contra a pobreza e a fome uma prioridade das políticas governamentais e ao reconhecer que as dimensões multisetoriais da fome e da insegurança alimentar exigiam ações combinadas dos setores governamentais, com a participação ampla da sociedade civil. [...] No Brasil, como em muitas outras nações, garantir o acesso aos alimentos, em vez de disponibilizá-los, foi identificado como o fator mais significativo da luta contra a fome e a insegurança alimentar. A proteção social ampla e as medidas de desenvolvimento visando o fortalecimento da inclusão das populações vulneráveis no crescimento econômico e melhorando o acesso aos alimentos, foram complementadas por medidas destinadas a aumentar a produtividade e a produção da “agricultura familiar”. Essa prática inclusiva segue sendo uma prioridade nacional conforme estabelece o Plano Brasil sem Miséria. Apesar das medidas implementadas desde o início dos anos 2000 terem sido eficazes na erradicação conforme medido pelo indicador de subalimentação da FAO (FAO, 2014), o Governo considera que ainda resta muito a ser feito para atacar a pobreza, inclusive entre as populações rurais que dependem da agricultura para a própria subsistência. (FAO, 2015, p.6)

Baseado no Programa Fome Zero, em 2011 foi implementado o plano Brasil Sem Miséria, com o objetivo de lutar contra a extrema pobreza e dentre as suas ideias, uma delas é a de capacitar essa população mais carente para atuar na produção alimentícia da agricultura familiar e a partir disso poder gerar sua própria renda.

O programa Fome Zero tornou-se o centro da Política de Alimentos e Segurança Alimentar adotada pelo governo em 2006; e esse modelo inclusive de segurança alimentar foi gradativamente incorporado às leis nacionais visando promover a realização progressiva do direito humano a alimentos adequados, conforme consagrado na Constituição de 2010 do Brasil. A estratégia do Brasil Sem Miséria adotada em 2011 apoia-se no sucesso do Fome Zero e visa os extremamente pobres. O atual Plano Nacional de Alimentos e Segurança Alimentar incorpora mais de 40 programas e ações com despesas totais chegando a US\$35 bilhões em 2013. Os principais impulsos da Política de Alimentos e Segurança Alimentar envolve políticas econômicas e medidas de proteção social, em especial o mecanismo de transferência de renda do Bolsa Família (descrito no Box 2.4), combinado com medidas inovadoras para fortalecer a agricultura familiar. Esses dois principais componentes visam à promoção, de forma integrada, a geração de renda, criação de empregos, crescimento da produção agrícola e melhor acesso aos alimentos. As ações políticas para aperfeiçoar a segurança alimentar e a nutrição foram subsequentemente ampliadas para abranger outras áreas com implicações para o setor agrícola, incluindo as práticas agrícolas sustentáveis e a educação em nutrição e hábitos alimentares. [...] O fortalecimento da

agricultura familiar pelo programa Fome Zero foi o outro elemento chave do programa para melhorar a renda, emprego e acesso a alimentos entre a população vulnerável. Em 2013, as despesas para apoiar os agricultores familiares totalizaram US\$5,6 bilhões. Os números das propriedades familiares são impressionantes, representando mais de 80% das unidades de produção. De forma geral, mais de 12 milhões de pessoas, ou cerca de 75% de todo o emprego rural, trabalham em propriedades familiares. Adicionalmente, a agricultura familiar respondeu por 38% do valor bruto da produção agrícola em 2006 (FAO/INCRA 2006). No início do programa Fome Zero, mais de 25% da população pobre no Brasil estava morando em áreas rurais onde as taxas de pobreza ultrapassavam 45%. Entre 2003 e 2009, mais de 5 milhões de pessoas nas áreas rurais foram removidas da pobreza e a incidência de pobreza caiu de 45% para 28%. Nessas regiões, a agricultura familiar permanece sendo a atividade econômica dominante. O Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) visou reparar as falhas de mercado que tinham levado a preços depreciados e condenaram os pequenos proprietários a produção reduzida, renda diminuída e acesso precário a alimentos. Dentre as principais medidas em favor da agricultura familiar, o PRONAF proporciona crédito a juros baixos, cuja maior parte tem sido destinada à agricultura. Na última década, as categorias de agricultura familiar aumentaram gradativamente para incluir unidades com maior renda bruta anual, ampliando assim o acesso a crédito rural direcionado. Entre 2003 e 2014, os recursos de crédito do PRONAF aumentaram de R\$ 2,4 bilhões para cerca de R\$ 25 bilhões. Do total de crédito fornecido em 2014, aproximadamente 60% foram para investimento. (FAO, 2015, p.43-44)

Ademais, também temos alguns programas e regras que estimulam uma produção agrícola sustentável, como os “créditos para plantios em solos improdutivos e degradados, crédito para plantio florestal incluindo óleo de palma para biocombustível, e crédito para modernizar sistemas de produção e preservar recursos naturais” (FAO, 2015, P.42); além disso, os agricultores devem ter o CAR (Cadastro Ambiental Rural) regularizado para que possa ter acesso à créditos agrícolas. E ainda deve regularizar o PAR (Plano de Recuperação Ambiental) dentro de 20 anos; porém, a preocupação da FAO é que os agricultores possam se complicar com as exigências das normas uma vez que esse produtor deve guarda parte de seu espaço para o reflorestamento.

Para superar as restrições para agricultores pobres não ligados à cadeia de suprimentos ou mercado de crédito, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) clamou por assistência técnica orientada para agricultores familiares. Durante 2003-09, cerca de R\$1,5 bilhão foi alocado para assistir a 2,5 milhões de famílias agricultoras. A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) foi criada em 2013 pelo governo federal para expandir os recursos e escopo dos serviços públicos de extensão para agricultores mais pobres e para tratar de questões de sustentabilidade. (FAO, 2015, p. 41)

O PAA e o PNAE trabalham diretamente em promover e incentivar a venda de produtos agrícolas, mas um outro grande programa que também faz esse incentivo é o Programa Bolsa Família.

O Bolsa Família, lançado em 2003, representa o maior programa desse tipo em todo o mundo. Desde 2011, o Bolsa Família tem feito parte do Plano Brasil Sem Miséria que visa os pobres extremos. Esse programa proporciona atualmente transferências diretas de renda para mais de 13,8 milhões de famílias de baixa renda. Estas transferências têm tido um impacto imediato no aumento do acesso a alimentos que, por sua vez, tem estimulado a produção e o crescimento da renda agrícola local. [...] O Programa de Aquisição de Alimentos para famílias agricultoras (PAA), implementado em 2003, visou inicialmente proporcionar iniciativas para propriedades familiares aumentarem a produção de alimentos tanto para autoconsumo, como para venda a preços garantidos para as agências públicas do setor de compras. A compra é feita das empresas agrícolas familiares registradas no PRONAF para sustentar os preços, aumentar as oportunidades de comercialização e por meio de doativos aumentar a disponibilidade de alimentos para populações vulneráveis. Desde meados da última década, a maior parcela de compras foi para doação simultânea. Em 2014, 85% dos Fundos de compras foram usados dessa forma (CONAB-PAA, 2014). Uma parcela significativa de suprimentos comprados pelo PAA (34% em 2014) é usada para o programa de merenda escolar. Em 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) exigiu que as escolas públicas alocassem no mínimo 30% das despesas com alimentos às compras diretas dos agricultores familiares. Pelo PNAE, umas estimativas de 47 milhões de refeições gratuitas são servidas nas escolas todos os dias. Entre 2003 e 2014 cerca de R\$3,3 bilhões foram gastos pelo PAA, e o número total de fornecedores foi superior a 51.000. Desde 2011, pelo Plano Brasil Sem Miséria, a compra do PAA está especificamente voltada para os 16 milhões de pessoas que vivem em pobreza extrema com renda mensal inferior a R\$70. Em 2014, cerca de 24.000 fornecedores do PAA, ou 47%, se enquadram nessa categoria. (FAO, 2015, p.44 - 45)

Podemos perceber que temos programas, projetos e políticas públicas voltadas à agricultura; certamente não à falta delas, e foi a partir dos anos 2.000 que essas políticas focada na agricultura tem recebido gradativamente um aumento de orçamento. Sabemos que elas são de suma importância não só para o investimento no incentivo da agricultura familiar, mas também como um grande recurso no combate à fome e à miséria da população que se encontra em extrema pobreza. Porém, o que estamos questionando aqui é a efetividade desses programas, pois como foi falado anteriormente, essa evolução na agricultura familiar está em um processo muito lento e para melhorar isso, é preciso que haja um estímulo maior do que o que vem sendo realizado.

Para que possa ser discutido os desafios, avanços e propor melhorias no setor é preciso que os atores dessa área se organizem, se articulem para que se concretizem essas discussões; talvez esse seja o primeiro passo para organizar projetos que sejam mais eficazes e estimulem

os trabalhadores rurais e a promoção da agricultura familiar. E foi a partir de 2.014 que foram iniciados seminários, reuniões com estudiosos e pesquisadores da área da agricultura familiar.

Este Seminário teve como objetivo discutir os vários aspectos que condicionam e caracterizam a complexa realidade deste setor no Brasil, incluindo um balanço das políticas públicas a ele destinadas, bem como uma contribuição ao debate nacional e internacional sobre esta categoria social e política. Assim, a ideia se constitui em um esforço coletivo para se pensar os avanços e desafios atuais desta agricultura, tanto em relação à sua articulação com o conjunto do setor agrícola brasileiro, como o cenário e as perspectivas de futuro. (Delgado; Bergamasco, 2017, p.9)

No que diz respeito ao PRONAF, alguns autores constataam que à uma má distribuição de crédito desse programa, sendo que estados do sul do Brasil são os mais favorecidos, o que contribui para uma desigualdade ainda maior no setor.

os recursos do PRONAF não chegam a promover um aumento da produtividade via tecnologia porque estão concentrados na região Sul, onde já estão os agricultores com maior eficiência tecnológica. Os autores se juntam, assim, àqueles que criticam a má distribuição de recursos do Programa o que estaria contribuindo para manter o desequilíbrio regional no país. A distribuição dos recursos e dos contratos do PRONAF entre as unidades da federação é uma preocupação presente em diversos estudos como os de Azevedo e Pessoa (2011) e o de Souza et al. (2013). Mesmo constatando uma suavização da disparidade regional no que se refere a esses índices, critica-se o Programa por não contribuir de maneira mais incisiva para ‘a inclusão dos segmentos mais frágeis da agricultura familiar’ (op.cit. p. 36), se distinguindo pouco das políticas tradicionais de financiamento agrícola que se voltam para os que têm mais e melhores condições de retorno do crédito. (Alvarenga; Carneiro; Palm, 2017, p.115)

Com isso, pensamos que para que possamos ter uma agricultura familiar justa e igualitária, os recursos destinados a esse programa devem ser iguais para todos os estados de acordo com cada linha de crédito e grupo familiar. Sabemos também que essas linhas de crédito não são tão acessíveis assim quanto parece, por isso é importante que se crie condições ainda mais favoráveis para os pequenos produtores rurais. Afinal de contas, como que uma família que tem uma receita bruta de um salário mínimo ou menos vai custear esse programa não é mesmo, levando em conta todos os seus gastos mensais; então por que os agricultores mais carentes não podem ter esse programa totalmente custeado pelo governo? O que seria excelente para a emancipação dos produtores rurais, contribuindo muito para a retirada desses camponeses de uma faixa de extrema pobreza ou próxima a ela.

Outra questão relacionada ao programa que muito ouvi os agricultores de Alto Rio Doce indagar é a dificuldade de conseguir a contratação de trator ou tratorista para a aração de terra, e com isso, muitos produtores da região buscam alternativas que na maioria das vezes não são benéficas financeiramente para não perder o período de plantio. Com isso é imprescindível que se tenha mais máquinas e operadores disponíveis que possam estar fazendo esse serviço.

Ainda em relação ao Pronaf, o Doutor Valmir Luiz Stropasolas diz o seguinte:

Com relação ao propalado aumento do Pronaf nestes últimos anos, alguns argumentos fazem a ressalva de que se deflacionarmos os preços agrícolas, verifica-se que este aumento ao longo dos anos apresenta um crescimento menor do que mostram os números divulgados. Houve um grande aumento no número de contratos do Pronaf, mas 1,5 milhões de contratos ainda é pouco diante do conjunto de agricultores familiares no Brasil (4,3 milhões de estabelecimentos familiares), considerando também que 1 agricultor pode fazer mais que um contrato. O valor médio dos contratos subiu, mas gasta-se mais dinheiro com fornecedores de insumos e equipamentos. (Stropasolas, 2017, p.452)

Portanto o que Stropasolas diz, é mais uma evidência concreta de que o acesso ao programa está longe de ser simples e disponível para todos. Ademais, como já mencionado, um dos grandes problemas dessas políticas é a dificuldade de acesso e muitas das políticas de governo não estão disponíveis em todos os estados. Algumas das políticas voltadas para a agricultura familiar são:

No plano nacional, ressaltam-se: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Biodiesel (PNB); Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater); Seguro da Agricultura Familiar (SEAF); Lei da Agricultura Familiar; Lei Orgânica de Segurança Alimentar; Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF); Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat); Programa Mais Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM-Bio); Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC); Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Recentemente, destaca-se a lei de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), instituição que tem como principal objetivo qualificar e ampliar os serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil e fomentar a articulação entre a assistência técnica e extensão rural e a pesquisa agropecuária para garantir que maior número de agricultores(as) tenha acesso aos conhecimentos e às tecnologias desenvolvidas no País. (Balsade; Borba; Herbelê; Pereira, Sicole; Silva, 2017, p.136).

Muitas dessas políticas e programas acima não são oferecidos no município de Alto Rio Doce, e muitos agricultores familiares nem sequer sabem de sua existência. Acredito que seria

interessante que mais programas como esses fossem ofertados na cidade, que sejam acessíveis ao agricultor. A ideia da criação da Anater é muito boa, já que hoje ainda temos uma defasagem muito grande em relação a tecnologia e técnicos que possam ajudar no fomento e assistir os produtores rurais.

Considerando que muitas políticas públicas chegam aos agricultores por meio da assistência técnica e extensão rural, cabe a reflexão, em conjunto com outras esferas públicas, de referenciais técnicos e metodológicos, a (re)definição de seu público prioritário e dos métodos do exercício da atividade extensionista. [...] Um dos principais objetivos da Anater será garantir que um maior número de agricultores(as) tenha acesso às tecnologias e pesquisas desenvolvidas no País para o setor agropecuário, para que haja aumento da produtividade e da renda das famílias que vivem no campo, além de ampliar o acesso da população rural às políticas públicas. Para tanto, será necessária a articulação entre a assistência técnica e extensão rural e a pesquisa agropecuária. Em função disso, dentre as competências da Anater destacam-se as seguintes atividades: promover, estimular, coordenar e implementar programas de assistência técnica e extensão rural, com vistas à inovação tecnológica e à apropriação de conhecimentos científicos de natureza técnica, econômica, ambiental e social ; promover a integração do sistema de pesquisa agropecuária e do sistema de assistência técnica e extensão rural, fomentando o aperfeiçoamento e a geração de novas tecnologias e a sua adoção pelos produtores; apoiar a utilização de tecnologias sociais e os saberes tradicionais pelos produtores rurais; promover programas e ações de caráter continuado para a qualificação de profissionais de assistência técnica e extensão rural que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável.[...] Se o objetivo é que os(as) agricultores(as) continuem no campo, será preciso (re)pensar as condições de vida desses sujeitos sociais. Para uma vida digna, que evite o êxodo, precisa-se pensar como prover as melhores oportunidades e as devidas condições de infraestrutura física e de serviços sociais. (Balsade; Borba; Herbelê; Pereira; Sicole; Silva, 2017, p.137-138)

Aqui os autores já deram a receita, e direcionando para Alto Rio Doce é exatamente isso que o município precisa, de tecnologias para os produtores rurais que venham para fortalecer a agricultura familiar onde todos possam ter acesso, sem descartar as técnicas tradicionais; que as capacitações sejam de forma contínua e bem organizada para que todos os trabalhadores sem exceções possam participar.

Portanto, também é preciso que haja uma intersetorialidade como demanda de fortalecer várias profissões que possam contribuir e viabilizar a agricultura familiar. Destaca-se também o dever do Estado de executar ações como o incentivo em pesquisas agrícolas; ampliar o acesso dos trabalhadores rurais também com as necessidades básicas fundamentais, como a saúde, a educação e a assistência. Os autores também cobram da sociedade em geral que ela exija do poder público estatal melhorias nas políticas sociais.

Aí está um ponto importante, pois como já mencionado, no município de Alto Rio Doce está articulação entre a sociedade; principalmente entre as associações rurais de trabalhadores, no qual deveriam ser os maiores interessados está em grande defasagem. É preciso que movimentos como esse se organizem e cobrem os setores públicos por melhorias, pois a passividade do trabalhador é tudo que o Estado quer, que o trabalhador rural seja alienado das discussões apresentadas ao mundo globalizado de hoje.

É importante trazer para o município de Alto Rio Doce ideias que possam surgir em diferentes espaços e organizações de outras localidades, estados e até mesmo países que estimulem a agricultura familiar; para explicar isso, transpusemos aqui uma citação de Alfio Brandenburg.

Diferentes representações sociais de agricultores familiares, bem como organizações públicas e da sociedade civil dedicadas ao desenvolvimento rural têm adotado crescentemente ações pautadas por perspectivas multissetoriais e multidimensionais, superando visões meramente produtivistas ou assistencialistas. Essas organizações têm proposto a construção de processos de produção e de consumos alternativos, fomentadoras de formas de produção e consumo ambientalmente sustentáveis e geradoras de processos sociais e econômicos mais equitativos. Dentro desse novo contexto, novas dimensões passaram a ser consideradas na concepção de projetos e ações promotoras de desenvolvimento rural. (Brandenburg, 2017, p.151)

Agora, em relação à agroecologia, os autores Mazalla Neto e Sonia Bergamasco nos fazem entender que a relação entre o camponês e a natureza vai muito além do que se pode imaginar.

A racionalidade camponesa e a perspectiva agroecológica atuam de forma sinérgica se reforçando mutuamente, catalisando valores e sentidos da relação com o trabalho e com a natureza na agricultura camponesa, distintos da produção agrícola industrial. Na experiência agroecológica do camponês, trabalho na agricultura significa produzir alimentos, fazer corredores florestais para a preservação da natureza, manter os recursos hídricos, além de revelar satisfação e liberdade ao invés de obrigação e penosidade. Nessas construções práticas, a preservação ambiental e a produção agrícola não se constituem em permanente oposição como na agricultura convencional. Em muitas situações, na perspectiva camponesa, a manutenção dos recursos naturais fortalece a agricultura, até mesmo em termos de produtividade. Ao contrário da produção agrícola industrial, na qual a natureza é explorada e solapada para acumular riquezas, para os camponeses, mesmo na agricultura e no trabalho, a natureza tem um nexo positivo, podendo fornecer conforto, sombra, hidratação ou uma pausa para degustar frutas. (Bergamasco; Mazalla Neto, 2017, p.219)

Ademais, no município de Alto Rio Doce não temos conhecimento de movimentos agrários na região; com tudo não podemos deixar de ressaltar a importância que movimentos, como o MST, tiveram e têm na luta pela terra. Pois com a frustrante tentativa de reforma agrária do Governo de José Sarney (1985-1989), essa luta pela terra se intensificou, agora com os movimentos agrários ocupando terras improdutivas. Assim, movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), se tornaram reconhecidos nacionalmente e se vincularam a outros movimentos e sindicatos de trabalhadores rurais, que têm como pauta a defesa e garantia de direitos do trabalhador.

O ponto central é que foi somente com essa pressão dos movimentos sociais pelo direito à terra que obrigou “a administração de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a formular um programa de reforma agrária” (Sauer, 2017, p.373).

Sua administração criou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (renomeado para Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, em 1998), o qual construiu muitas iniciativas e propostas de programas relacionados ao problema fundiário, incluindo um pacote para assentar 400 mil famílias em quatro anos, o que não abrandou a oposição dos movimentos sociais à administração de FHC (Sauer, 2017, p. 373-374).

Foi muito em função das demandas da luta dos movimentos agrários que foi criado o Pronaf em 1.995/1996, “as pautas políticas se ampliaram significativamente, incluindo uma série de outras reivindicações como assistência técnica, educação, saúde, entre outros temas” (2017, p.374).

Já nos primeiros mandatos do Presidente Lula, sabemos que se consolidou em sua administração um modelo socioassistencial e na agricultura não foi diferente. Mas também, como mencionamos, esse Governo não deixou de subsidiar o mercado externo.

No entanto, o Executivo ampliou o apoio ao setor agroexportador, incentivando processos de expansão das fronteiras agrícolas como forma de atender à demanda mundial por commodities agrícolas (Leite e Sauer, 2011) e equilibrar a balança comercial brasileira (Delgado, 2010). Esse apoio é parte da ‘economia do agronegócio’ (Delgado, 2013, p. 64) ou das agroestratégias (Almeida, 2010), ou seja, um pacto de poder entre ‘o grande capital agroindustrial, o sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria, a propriedade fundiária e o Estado’ (Carvalho, 2013, p. 34), resultando em uma “pax agrária”, diminuindo a ‘capacidade de convocação’ dos movimentos no campo (Porto-Gonçalves e Cuin, 2014, p. 19) (Sauer, 2017, p.375).

Programas como o PAA e o PNAE foram integrados pelo Presidente Lula em 2009 na Lei nº 11.947 da merenda escolar. São esses dois programas que promovem a venda de

alimentos da agricultura familiar que os agricultores do município de Alto Rio Doce participam. Contudo, assim como em todo o País, em Alto Rio Doce são poucos os agricultores que participam dos programas; por isso, é preciso que esses programas sejam cada vez mais ampliados para atingir mais famílias; também é preciso que o repasses destinados aos programas e o valor destinados às famílias agricultoras seja maior; pois ainda hoje esse valor pago às famílias é muito pouco, o que serve apenas como um complemento de renda. Sendo assim, uma família agricultora não conseguiria viver apenas com o que é vendido aos programas.

[...] Levando em consideração os resultados das análises de um conjunto qualificado de estudos que fizeram uma avaliação dessas políticas, propõe-se uma discussão com gestores públicos e representantes de organizações e movimentos sociais visando aprimorar a concepção, gestão e operacionalização desses Programas nas diversas localidades do país (Stropasolas, 2017, p.468).

Portanto, como Stropasolas (2017, p.469) diz, é preciso [...] “discutir e analisar os problemas vinculados ao processo de operação institucional das políticas e não apenas as políticas em si próprias”; todas as políticas e serviços como a ATER devem estar articuladas uma com a outra, elaborando em conjunto estratégias que fortaleçam o desenvolvimento da agricultura familiar.

Entende-se que é indispensável fazer a reorientação e adequação da política para atender os agricultores familiares mais fragilizados social e economicamente, os camponeses e as populações tradicionais, especialmente mulheres e jovens. Para isso, obviamente, torna-se fundamental se ampliar e qualificar para os diversos territórios os recursos públicos, financeiros, materiais, com investimentos importantes (e articulados) na política de ATER. [...] Com relação à implementação do sistema de ATER, além da necessidade de sua ampliação diante da amplitude de demandas que vêm sendo levantadas pelos diversos segmentos da agricultura familiar, camponeses e populações tradicionais, é fundamental também qualificar os agentes de extensão rural para atuar como facilitadores de novas redes de cooperação e inovações sociais e produtivas que vêm sendo construídas nos diversos territórios. (Stropasolas, 2017, p.468-469)

Uma questão preocupante que também tem ligação com a falta de políticas ou de políticas que sejam eficazes, está relacionado ao pouco interesse dos jovens na agricultura. Pois se os jovens de hoje são o futuro do amanhã, o futuro da agricultura familiar brasileira está ameaçado. E de maneira nenhuma estou aqui fazendo uma crítica aos jovens, a crítica aqui está direcionada ao Estado que ignora todos os percalços enfrentados pela agricultura familiar e seus camponeses.

Em Alto Rio Doce, são pouquíssimos os jovens que dão continuidade à agricultura familiar hoje; assim, a cultura no município tem se tornado ameaçada de entrar em colapso. Desta forma, é preciso urgentemente de estrutura financeira e material que possa induzir os jovens a permanecer e dar continuidade a essa atividade rural no município. Ademais, também é preciso que haja investimentos em infraestrutura, não somente na agricultura familiar em si, mas também em se tratando de Alto Rio Doce, que haja um melhoramento das estradas rurais e do transporte público; que como vimos anteriormente, é muito precário.

As estradas devem ser no mínimo cascalhadas; o transporte público deve abranger áreas isoladas da região e com mais de um itinerário para que possa atender a toda população rural com funcionamento em diferentes horários.

É preciso também de políticas de seguridade social que trabalhem em defesa do trabalhador rural que não tem vínculo empregatício, que esse produtor rural tenha os mesmos direitos de alguém que tem uma carteira assinada, e que esses direitos sejam assegurados pelo Estado.

Porém, antes de pensarmos em todas essas condições que ajudem no desenvolvimento da agricultura familiar, é preciso que tenhamos ciência de algumas considerações fundamentais que vão moldar o modo em que a agricultura familiar vai se desenvolver.

Dada a sua representatividade para a geração de riquezas, segurança alimentar e nutricional, além da geração de postos de trabalho, a agricultura familiar tem papel expressivo como agente do desenvolvimento rural. Nesse sentido, é essencial considerar que: a) desenvolvimento não é sinônimo de crescimento ou modernização; b) o desenvolvimento deve ser um processo que tenha a estratégia intencional de promover mudanças; c) o enfoque de desenvolvimento territorial deve estar presente e, nesse sentido, as ações devem se dar na perspectiva local e de reconhecimento do papel protagonista de seus atores e instituições; d) o foco primordial deve vincular-se às perspectivas de preservação e valorização do campo, do saber e da cultura local; e) a transição agroecológica e a agroecologia apresentam potencial transformador das realidades rurais contemporâneas (Balsade, Borba, Herbelê, Pereira, Sicole, Silva, 2017,p.135).

E mesmo apesar de termos controvérsias em nossas políticas, a agricultura familiar brasileira continua sendo referência nacional e mundial; com isso, diferentes nações principalmente da África que buscam no Brasil matérias que possam contribuir com a agricultura em outras partes do mundo, o que pode gerar um intercâmbio de relações benéficas para todos.

Somente assim, com uma política agrícola bem articulada; que seja de fato acessível para todos; com tecnologia alinhada a técnicas tradicionais; uma rede de técnicos qualificados;

com agricultores bem equipados e capacitados; políticas de incentivo de comércio de alimentos agrícolas; ou seja, com toda uma infraestrutura bem organizada, projetada para promover uma melhor condição de vida para os agricultores, que os estimule e elevem a produção agrícola, fomentando a agricultura familiar, somente assim teremos uma emancipação da agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, vemos que as desigualdades estruturais oriundas da colonização, do escravismo e da consolidação de um modelo de produção capitalista são as causas da desigualdade na agricultura familiar de hoje. Elementos desafiadores enfrentados pelos agricultores hoje em dia como os que podemos observar durante o processo de pesquisa são centrais em nossa discussão; uma vez que não resolvidos, não teremos de forma alguma uma agricultura familiar desenvolvida. Atualmente, temos uma concentração fundiária muito desigual; exclusão social dos trabalhadores rurais do acesso à terra, às tecnologias agrárias, às políticas públicas e ao crédito rural, que são sempre dificultadas pelos critérios de avaliação, por isso, uma reforma agrária em nosso país é imprescindível para que esse acesso seja democratizado.

A agricultura familiar na atualidade do município de Alto Rio Doce está condicionada por todas essas questões, além dos entraves relacionados à falta de assistência técnica, que como bem vimos na fala dos próprios agricultores da região e dos profissionais da área da assistência agrícola, que afirmam precisamos sim de mais técnicos na região para ajudar nas capacitações e orientações ao produtor rural. Infelizmente, o que foi observado por nós é uma infraestrutura precária no município; com estradas em péssimas condições; barracas da feira-livre compartilhada e que se encontram em estado deploráveis. Também temos a falta de incentivo à população para a compra de alimentos da agricultura familiar; por outro lado, fala que adverte sobre a falta de incentivo para promover a venda dos produtos agrícolas.

Como bem vimos, mesmo com pequenos avanços, as perspectivas não são das melhores. Em Alto Rio Doce, a cultura e a tradição, que é passada de geração para geração de famílias agricultoras, pode chegar ao fim daqui a um certo tempo, pois há um envelhecimento da população rural juntamente da pouquíssima continuidade dos jovens nesse ramo. O que vemos é a agricultura familiar sendo restringida de várias formas. Seja economicamente, comercialmente, infraestruturalmente ou politicamente.

Portanto, é preciso que a agricultura familiar e os camponeses sejam fortalecidos por políticas públicas de qualidade, efetivas e acessíveis para que cheguem em um nível em que a agricultura familiar possa gerar uma renda que seja no mínimo suficiente para se viver, e não apenas que seja algo complementar, fazendo com que esse trabalhador não tenha que trabalhar em várias funções no campo. Sabemos que as desigualdades estruturais de nosso país não podem ser reparadas no âmbito do próprio capitalismo, mas podem ser minimizadas, começando pela reforma agrária e a emancipação da agricultura e do agricultor familiar.

REFERÊNCIAS

AGRICULTURA familiar. Atlas do Espaço Rural Brasileiro - IBGE, 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf. Acesso em: 11 de julho de 2026.

AGRICULTURA familiar: quem não vive dela, depende dela para viver!. Anuario estatístico da agricultura familiar - Contag, 2025. Disponível em: https://www.fetaesc.org.br/sistema/sys/componente_comum/tinymce/plugins/filemanager/source/19004-5228019-anuario-da-agricultura-familiar---contag-2025.pdf. Acesso em 10 de junho de 2026

ALTO Rio Doce-MG. caravela dados e estatísticas, 2026. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/alto-rio-doce---mg>. Acesso em: 11 de julho de 2026.

BRANDENBURG, Alfio. Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 152-167.

BRASIL AGROECOLÓGICO. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2013. Disponível em: <https://planapo-nacional-de-agroecologia-e-produção-orgânica-planapo.pdf>. Acesso em: 11 de julho de 2026.

CARNEIRO, Maria José; PALM, Juliano Luis; ALVARENGA, André Costa. Informando política pública: uma revisão bibliográfica sobre Pronaf e qualidade de vida (2006-2013). In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 110-132.

DELGADO, Guilherme Costa. Questão agrária hoje. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 12-23.

DELGADO, Guilherme Costa. Reestruturação da economia do agronegócio. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 57-87.

FIGUEIREDO, Bernardino de Senna; WERNECK, Leandro Gomes da Silva. **Chorographia Mineira: município de Alto Rio Doce**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais; Revista do Arquivo Público Mineiro, 1897, p.109-130. Disponível em: https://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1095.pdf. Acesso em: 15 maio 2026.

GONÇALVES, Joaquim Teixeira. **Memórias para a história de Alto Rio Doce**. Queluz de Minas: Typographia Almeida, 1932.

GRISA, Catia. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar**

brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 290-311.

GUIARRARA, Paloma. **Agricultura familiar; Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/agricultura-5.htm>. Acesso em 08 de maio de 202

HEBERLÊ, Antônio Luiz Oliveira; SICOLI, Assunta Helena; SILVA, José de Souza; BORBA, Marcos Flávio Silva; BALSADI, Otavio Valentim; PEREIRA, Vanessa da Fonseca. Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 133-149.

MALAGODI, Edgard. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e camponesa? In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 40-60.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro.** 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Graboís, 2014.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 9-59.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 5-377

GUIMARÃES, Juca. **Maior concentração de terras revelada pelo Censo Agropecuário incentiva desmatamento e conflitos;** Repórter Brasil, 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/11/maior-concentracao-de-terras-revelada-pelo-censo-agropecuário-incentiva-desmatamento-e-conflitos/>. Acesso em 06 de junho de 2026.

RIBEIRO, Amarolina. **Agricultura intensiva e extensiva; Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/agricultura-intensiva-extensiva.htm>. Acesso em 09 de maio de 2026.

SAUER, Sérgio. Movimentos e organizações sociais no Brasil rural contemporâneo: questões e desafios. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 367-396.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional (1500-1960).** São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 15-34.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000.** São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 19-34.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Documento síntese: tecendo os fios condutores de um debate: que desafios, perspectivas e proposições para as agriculturas de base familiar e camponesa do Brasil? In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.).

Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 434-470.

WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2001, p. 1-17.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM TÉCNICO DA EMATER

- Nome
- Qual é o papel da EMATER, principalmente para com a agricultura familiar em Alto Rio Doce?
- Quantas famílias são assistidas no município atualmente?
- Que tipo de apoio técnico é oferecido aos agricultores?
- Esse acompanhamento é contínuo ou pontual?
- Quais são os produtos produzidos e comercializados pela agricultura familiar?
- Quais os programas e/ou projetos implementados pela EMATER?
- Há dificuldade dos agricultores em acessar esses programas? Como a equipe da EMATER chega até o pequeno agricultor?
- Quais são os principais problemas enfrentados pela agricultura familiar no município?
- Há falta de recursos ou equipe para atender a demanda?
- Os jovens estão dando continuidade ao trabalho no campo?
- Existe incentivo para que os jovens permaneçam com o trabalho no campo?
- Quais são as pretensões da EMATER a médio e longo prazo, qual é o planejamento para o futuro e o que pode ser melhorado na agricultura familiar?

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

- Nome do representante
- Quais são as principais ações da secretaria voltadas à agricultura familiar?
- Quais programas e projetos são ofertados pelo município?
- Como é feito o CAF e quantas famílias estão cadastradas no município?
- Existe algum plano específico para o desenvolvimento da agricultura familiar?
- Como a secretaria enxerga a infraestrutura da agricultura familiar no município com relação a estradas, transporte, programas e projetos voltados à agricultura familiar? boa, regular ou ruim.
- Há investimento na feira livre, comercialização local, na agricultura familiar como um todo? O município oferece incentivo financeiro ou técnico?
- O que tem sido feito para estimular a agricultura familiar e a venda da produção no município?
- O orçamento é suficiente?

- parcerias com outras instituições?
- Quais são os maiores entraves para o desenvolvimento da agricultura familiar?
- A secretaria identifica que o agronegócio tem se desenvolvido na região? Se sim, como o senhor entende essa presença do agronegócio na região? Há conflito com a agricultura familiar? Se sim, como remediá-lo?
- Como funciona o acesso ao PRONAF no município? Quais as condições para ter esse acesso?
- Quais são os benefícios do PRONAF?
- O acesso aos créditos rurais, quem pode acessar e como é feito esse acesso?
- Quantas famílias atualmente estão sendo contempladas pelo PRONAF no município?
- Jovens e mulheres também acessam?
- O que precisa melhorar na política agrícola do município de Alto Rio Doce?

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

- Nome:
- Qual é o papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município?
- Quantos trabalhadores rurais estão vinculados ao sindicato? Qualquer pessoa pode se vincular ao sindicato?
- Desse número de trabalhadores vinculados, quantos são jovens e mulheres?
- A um incentivo do município para que os jovens continuem na agricultura familiar?
- Quais são as principais demandas dos trabalhadores da agricultura familiar? Os trabalhadores têm acesso a direitos previdenciários e trabalhistas?
- As políticas públicas têm chegado aos trabalhadores rurais?
- Como impulsionar a agricultura familiar do município?
- O sindicato identifica falhas do poder público municipal em relação ao produtor rural? onde?

QUESTIONÁRIO PARA OS TRABALHADORES DA FEIRA LIVRE (AGRICULTURA FAMILIAR)

- Idade:
- sexo:
- cor/raça/etnia:
- composição familiar:

- Trabalha em outro lugar? Qual?
- Existe outra renda familiar?
- formal, informal, autônomo ou desempregado
- Tempo que trabalha na agricultura:
- A propriedade é própria, arrendada ou outra forma?
- Qual o grau de escolaridade?
- Alguma qualificação profissional?
- Quais produtos você comercializa na feira?
- Tem algum produto que é comprado de terceiros? de quem?
- Quem trabalha com você na produção e organização da feira? (família, empregados, etc.)
- meios de produção utilizados
- Quantas vezes por semana você participa?
- Qual a renda familiar? A renda da agricultura é suficiente para sustentar a família?
- Como é feito o Transporte e os Preços dos produtos?
- Participa de alguma organização? (sindicatos, associações, cooperativas, conselhos de produtores, agricultores e trabalhadores rurais.
- Você sente dificuldade para vender seus produtos? Quais?
- Já perdeu produtos por falta de venda?
- Como você avalia a estrutura da feira? (barracas, espaço, higiene, etc.)
- Recebe algum tipo de apoio da prefeitura ou de outras instituições?
- Como você avalia suas condições de trabalho hoje?
- Quais são as principais dificuldades enfrentadas no dia a dia? .
- Como é financiada a produção? Recursos próprios? Públicos? Outros?
- O que falta para melhorar a feira?
- Você participa de programas como PAA ou PNAE, PRONAF?
- Tem dificuldade para acessar esses programas?

QUESTIONÁRIO PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DA ASSOCIAÇÃO

- Nome:
- Idade:
- cor/raça/etnia:
- composição familiar:
- Sexo ou identidade sexual:

- Trabalha em outro lugar? Existe outra renda familiar?
- Em que trabalha? formal, informal, autônomo ou desempregado
- Tempo que trabalha na agricultura:
- A propriedade é própria, arrendada ou outra forma?
- Qual o grau de escolaridade?
- Alguma qualificação profissional?
- Quais são as principais atividades desenvolvidas na propriedade?
- Quem trabalha com você na produção? (família, empregados, etc.)
- A produção é mais para consumo próprio ou para venda?
- meios de produção utilizados?
- Qual a base econômica familiar?
- Como você avalia suas condições de trabalho hoje?
- Quais são as principais dificuldades enfrentadas no dia a dia?
- Enfrenta ou já enfrentou situações de falta de apoio e incentivo do município?
- Como é financiado a produção? Recursos próprios? Públicos? Outros?
- Qual a renda familiar? A renda da agricultura é suficiente para sustentar a família
- Para onde vai a produção? (feira, atravessador, programas e/ou políticas públicas, etc.)
- Você sente dificuldade para vender seus produtos?
- A mercadoria é vendida para o mercado privado e/ou políticas públicas como o PAA, PNAE?
- Como é feito o Transporte? Preços?
- Como se organizam? (sindicatos, associações, cooperativas, conselhos de produtores, agricultores e trabalhadores rurais)
- Você conhece ou participa de algum programa como PRONAF, PAA, PNAE?
- Já recebeu apoio da EMATER ou de outro órgão? Esse apoio é suficiente?
- Você acha que há perspectivas de futuro no campo?
- Os jovens da família querem continuar na agricultura?
- O que precisa melhorar na agricultura familiar em Alto Rio Doce?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
Curso de Bacharelado em Serviço Social
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada/o e/ou participar na pesquisa de campo referente ao Trabalho de Conclusão de Curso

intitulado: _____
_____ na

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social (UFJF/FSS), desenvolvido pelo estudante GUSTAVO BARBOSA DIAS. Fui Informada/o, ainda, de que a pesquisa é orientada pelo professor JOSÉ AMILTON DE ALMEIDA, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail jose.almeida@ufjf.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informada/o dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo e a respeito do sigilo em relação às informações e dados pessoais, e que o acesso aos mesmos se fará apenas pelo orientador e orientando para a produção do Trabalho final. Fui, ainda, informada/o de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento.

_____, ____ de ____ de 2026.

Nome do(a) participante: _____

Assinatura: _____

Nome do(a) pesquisador: _____

Assinatura: _____